



ISPA

INSTITUTO UNIVERSITÁRIO
CIÊNCIAS PSICOLÓGICAS, SOCIAIS E DA VIDA

**IMPULSIVIDADE,
ORIENTAÇÃO TEMPORAL,
E SUA RELAÇÃO COM
O DESVIO NA ADOLESCÊNCIA**

FILIPA MARIA RONCON DE VILHENA E SILVA

Orientador de Dissertação:

PROFESSORA DOUTORA MARIA GOUVEIA PEREIRA

Coordenador de Seminário de Dissertação:

PROFESSORA DOUTORA MARIA GOUVEIA PEREIRA

Tese submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de:

MESTRE EM PSICOLOGIA

Especialidade de Psicocriminologia

2011/2012

Dissertação de Mestrado realizada sob a orientação da Professora Doutora Maria Gouveia Pereira, apresentada no ISPA – Instituto Universitário – para obtenção de grau de Mestre na especialidade de Psicocriminologia.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Professora Maria Gouveia Pereira pela firmeza, flexibilidade e exigência que incutiu ao longo de todo este processo. Acima de tudo agradeço não ter desistido de me orientar.

Agradeço à Professora Sofia Meneres, primeira orientadora que por razões externas teve de deixar o seminário, pela autêntica receptividade às minhas inquietações e por ter tido um papel decisivo em diversos momentos de dúvida e bloqueio.

Agradeço a Constante Rodrigues, João Agante, Luís Costa, Mafalda Sá e Sara Caetano, por me terem autorizado e facilitado a recolha de dados nas instituições onde trabalham.

Agradeço a Ana Cristina Sanches, Ana Sousa, André Ferreira, Eva Alves, Filipa Carvalho, Inês Soares Branco, Inês Lobão, Isabel Pestana, João Vasco Guimarães, Luísa Heitor, Luísa Nobre Lima, Maria João Bento, Maria João Chorincas, Sr. Manuel, Rosa Teles e Sarita Carvalho – pessoas chave em vários momentos deste estudo.

Com a apresentação da dissertação chego ao fim de um percurso académico de 2 anos, o qual seria sobejamente mais pobre se não me tivesse cruzado com tantas pessoas:

Agradeço aos professores que mais me fizeram pensar e questionar a minha visão do mundo: Professora Ângela Vila-Real, Professora Cláudia Graça, Professor Emílio Salgueiro, Professor José Pereira da Silva, Professor Luís Delgado e Professor Vítor Amorim Rodrigues.

Agradeço aos meus colegas de mestrado, pois a sua presença, um simples café ou a troca de apontamentos, desabaços e gargalhadas tornou este trabalho monográfico menos solitário: Ana Luísa, Chico, Cila, Filipa, Guimarães, Milú, Raquel, Samuel, Sandra, Sara e Sofia.

Agradeço aos funcionários do ISPA que, dia a dia, fazem deste Instituto Universitário uma Casa onde é bom estudar: Joana, Madalena, Patrícia e Zé (Biblioteca); Rúben e Sofia (Reprografia); António e Senhor Reis (Bar); Amílcar, Delfina e Bruno (Receção); Filipe (Serviços Académicos) e D. Armanda (Limpezas). Um agradecimento especial à D. Lina, que tive o privilégio de rever no 1º ano do mestrado, por ter sido para mim, ao longo de vários anos, um exemplo claro da psicologia aplicada à vida.

Agradeço ao João Pedro Amaro, pois no curtíssimo tempo que passei pelo Díspar Teatro, a sua imaginação e dedicação aos iniciados ajudaram-me a ser “semente livre”.

Agradeço à Dra. Andrea Moniz, que no tempo do mestrado me acompanhou em psicoterapia. No ISPA foi possível ler sobre teorias psicológicas; consigo foi possível ler-me com um olhar desempoeirado. Leituras paralelas mas complementares, a partir das quais novas páginas posso agora escrever.

Agradeço à Matilde Meireles que, provavelmente sem saber, me inspira a não desistir dos meus objetivos, porque luta com criatividade, sacrifício e mansidão para fazer o doutoramento, sem bolsa, fora do país.

Agradeço aos amigos que fui reconhecendo ao longo da vida e que fazem parte da “teia” que tece a amplia a minha existência!

Agradeço à minha mãe pelo seu entusiasmo, cuidado e respeito com que sempre me apoiou neste *ISPA take II*.

Por último, agradeço ao meu pai pelo apoio efetivo para que voltasse a estudar e acima de tudo agradeço a possibilidade que me dá de o conhecer um pouco mais como psiquiatra e psicoterapeuta.

Numa palavra, sou grata ao Criador da Vida, porque ao treinar o meu olhar para O/A descobrir em cada pessoa que se cruza no meu caminho, mais palpável se torna a Sua presença subtil.

*Dedico esta tese monográfica ao meu irmão (in memoriam).
Creio que jamais conhecerei um jovem que tenha cometido tantos desvios
com a proeza de nunca ter sido “apanhado” pelo sistema judicial.
Todavia apanhou-o o mar aos 18 anos.
Com ele aprendi que, às vezes, a marginalidade
coabita com a fragilidade, a originalidade e a solidariedade humana.*

RESUMO

**IMPULSIVIDADE, ORIENTAÇÃO TEMPORAL
E SUA RELAÇÃO COM O DESVIO NA ADOLESCÊNCIA**

Este estudo teve como objetivos investigar o efeito mediador da Orientação para o Futuro, na relação entre a Impulsividade e os Comportamentos Desviantes, como também examinar se existem diferenças de desviância entre os adolescentes com e sem contacto com a justiça portuguesa. Os dados foram obtidos mediante a participação de 126 adolescentes, com idades compreendidas entre os 12 e os 18 anos. Os participantes completaram as seguintes escalas: Escala de Comportamentos Desviantes; Escala de Orientação Temporal e BIS11 – Escala de Impulsividade de Barratt, versão 11. Os dados foram analisados estatisticamente através de correlações, regressões lineares e comparações de médias. Os resultados suportam a hipótese principal de que a orientação para o futuro medeia a relação entre impulsividade e comportamentos desviantes, como também suportam a hipótese de que os adolescentes que têm duas ou mais medidas tutelares praticam mais comportamentos desviantes que os adolescentes que têm apenas uma medida. Contudo, os resultados não suportam a hipótese de que os adolescentes que estão a cumprir medidas tutelares praticam mais comportamentos desviantes que os adolescentes que não estão a cumprir medidas. Os resultados são discutidos, tendo em conta as teorias subjacentes às hipóteses.

Palavras-chave: impulsividade, orientação temporal, comportamentos desviantes, medidas tutelares, mediação.

ABSTRACT

**IMPULSIVENESS, TEMPORAL ORIENTATION
AND ITS RELATIONSHIP WITH JUVENILE DEVIANCE.**

The aim of this study was to explore the mediator effect of future orientation in the relationship between impulsivity and deviant behaviour; another goal was to search for differences in deviant behaviour of adolescents with and without contact with portuguese youth courts. Data was collected through the participation of 126 adolescents, aged between 12 and 18 years. Participants completed the following scales: Deviant Behaviour Scale; Time Orientation Scale and BIS11 - Barratt Impulsiveness Scale 11. Data was analysed using correlations, linear regressions and comparisons of means. The results support the hypothesis that future orientation mediates the relationship between impulsivity and deviant behaviour; the hypothesis that adolescents who have two or more disposition orders commit more deviant behaviours comparing to those having only one disposition order was also confirmed. Yet, the results do not support the hypothesis that adolescents who have dispositions orders commit more deviant behaviours than those who have not. The results are discussed according to theories underlying our hypothesis.

Key-words: impulsiveness, time orientation, juvenile deviance, disposition orders, mediation.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO TEÓRICA	8
1. Adolescência.....	8
2. Impulsividade	10
2.1 Conceitos Chave	10
2.2 Perfil dos Indivíduos mais Impulsivos.....	12
2.3 Caracterização do Fenómeno.....	13
3. Orientação Temporal	16
3. 1 Conceitos Chave	16
3.2 Orientação dos Indivíduos para o Passado, Presente ou Futuro	17
3.3 Principais Estudos sobre Orientação Temporal	18
4. Desvio e Delinquência Juvenil	19
4. 1 Conceitos chave	19
4.2 Tipologia da Delinquência.....	20
4.3 Teorias Explicativas.....	23
4.4 Fatores de Risco.....	25
5. Estudos Empíricos	26
MÉTODO	29
Participantes.....	29
Instrumentos	32
Procedimento	36
APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS.....	37
DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	43
CONCLUSÕES.....	49
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	50

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro nº 1 – Informação sobre Escalas: ECD, EOT, BIS 11.....	34
Quadro nº 2 – Matriz Correlacional.....	39
Quadro nº 3 – Médias (M), desvio-padrão (DP) e comparação de dois grupos.....	43
Quadro nº 4 – Médias, desvio-padrão (DP) e comparação de dois grupos.....	43

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura nº 1 – Resultados das análises de regressões: modelo da mediação.....	41
--	----

INTRODUÇÃO TEÓRICA

1. Adolescência

Antes de entrarmos nas problemáticas da impulsividade e da delinquência juvenil consideramos importante começar por enquadrar a etapa de desenvolvimento onde estas se inserem: a adolescência. Neste sentido, a adolescência é uma etapa de transição por excelência. A origem etimológica da palavra é latina e significa *ad* (para) + *olescere* (crescer); ou seja “*crescer para*”. Na mesma linha de pensamento, Palmonari, Carugati, Ricci Bitti e Sarchielli (1984) encaram a identidade do adolescente como uma identidade em construção e por isso imperfeita. Estes autores consideram que a etapa da adolescência pode ser vista como uma mudança nas afiliações grupais, ou seja, a transição do adolescente reflete-se no facto de deixar de ser membro do grupo das crianças para passar a ser membro do grupo dos adultos, com todas as consequências comportamentais e emocionais que esta transição implica.

Marcelli e Braconnier (2005) esclarecem que a adolescência começa na puberdade (aos 10/11 anos) e atualmente pode ir até aos 25/30 anos, não havendo uma idade fixa de término desta etapa. Em termos fisiológicos é nesta etapa que se dá a maturação sexual, ocorrendo a diferenciação sexual pubertária nas raparigas (entre os 10,5/11 anos) e nos rapazes (entre os 12,5/13 anos). Devido às transformações do corpo, tal como salienta Toublanc (2005), a adolescência pode ser encarada como uma crise pubertária. Estas profundas mudanças físicas geram estranheza nos adolescentes e, segundo Palmonari *et. al.* (1984), sendo o corpo uma dimensão tão próxima e tão importante para os próprios, é natural que a confiança na estabilidade do seu tecido social seja posta à prova.

Em termos cognitivos também ocorrem mudanças substanciais. Para Marcelli e Braconnier (2005) é através dos processos cognitivos que o adolescente pode assumir e integrar as modificações corporais, afetivas e relacionais que se operam nele e à volta dele. Quando não há obstáculos - sejam doenças, maus tratos e/ou traumas que ocorrem no seio da família, da escola ou da comunidade - podemos assistir ao desenvolvimento notável da capacidade intelectual do adolescente.

Como sintetizam os autores, o pensamento formal precede e/ou acompanha o início da puberdade e possibilita o pensamento reflexivo, surgindo, deste modo, novos modos de apreensão de si e dos outros. Esta nova apreensão nem sempre é feita de forma pacífica, na medida em que o acesso ao pensamento formal pode provocar uma espécie de "dor ao pensar", como mencionam os referidos autores.

Em termos psicossociais, Palmonari *et. al.* (1984) chamam a atenção para o facto de ser também nesta etapa de vida que se dá um alargamento espaço-temporal e dos interesses sociais. O adolescente toma contacto com expectativas, medos e sonhos face ao futuro, interessa-se por diferentes grupos sociais, novas ideologias e organizações e inclusive por conflitos sociais. É devido a este alargamento de horizontes, que "*o adolescente amplia os seus conhecimentos, multiplica os seus contactos sociais e é forçado a projetar o seu próprio futuro em relação com objetos sociais que se tornam mais importantes para si*" (Palmonari *et. al.*; 1984, p. 112). Neste sentido, a adolescência é um período privilegiado de aprendizagens sociais e culturais, numa idade em que o indivíduo ainda não é obrigado a optar por ou a conformar-se com um papel rigorosamente definido e, por conseguinte, as flutuações nos seus sistemas de identificação permitem diversos ensaios.

Em termos emocionais, Matos (1982) refere que a construção da identidade na fase juvenil caracteriza-se pela escolha do seu herói ou heroína, ou outro tipo de modelo identificatório, que permite ao indivíduo captar, elaborar e apreender-se a si próprio, com o intuito de se aperfeiçoar e diferenciar do que já é, pensa, prevê ou pretende ser. Benavente (2002) cita vários autores (Braconnier & Marcelli, 2000; Kammerer, 1992) para ressaltar que o duplo desafio que o jovem atravessa – a necessidade de separação das figuras parentais e a busca de autonomia de modo formar a sua identidade própria – coloca o adolescente à procura de novos limites, que tantas vezes o levam à transgressão sem expressão patológica.

Todas as mudanças fisiológicas, cognitivas, psicossociais e emocionais que ocorrem na adolescência podem fazer aumentar as reações de agressividade dos jovens e as situações de conflito em que se envolvem; isto porque, tal como Lewin salientou (1951, citado por Palmonari, *et. al.*, 1984), em todas estas áreas o adolescente ocupa uma posição intermédia entre a criança e o adulto, posição similar à dos membros de grupos minoritários em situação de marginalidade.

Importa ressaltar que o comportamento antissocial circunscrito à adolescência pode ser considerado estatisticamente normativo e interpretado como uma tentativa de expressar autonomia. (Aguilar, Sroufe, Egeland & Carlson, 2000; cit. por Benavente 2002). Marques (1995) refere ainda que o que distingue os Comportamentos desviantes normativos e próprios da adolescência dos Comportamentos desviantes Patológicos é: a) a intensidade dos atos ilícitos; b) a persistência dos atos ilícitos e c) a rigidez das condutas.

2. Impulsividade

2.1 Conceitos Chave

A impulsividade tem sido descrita por um sem número de definições, ora coincidentes, ora contraditórias. (Claes, Vertommen & Braspenning, 2000) Neste sentido, Claes *et al.* (2000) citam vários autores que contribuíram para a clarificação do conceito e para os quais impulsividade pode significar: “*comportamento sem qualquer pensamento associado*” (English, 1928), “*uma ação do instinto sem ser retida pelo ego*” (Demont, 1933), uma ação rápida da mente que não passa por um julgamento consciente (Hinslie & Shatzky; 1940), uma ação associada a um nível mínimo de pensamentos sobre ações futuras ou uma ação a partir de pensamentos que não têm em conta o melhor para o próprio indivíduo ou para os outros (Anon, 1951), “*um comportamento humano sem pensamento adequado.*” Smith (1952), “*ausência de reflexão entre um estímulo do ambiente e a resposta do indivíduo*” (Dood, 1990); e ainda a ausência de organização prévia do pensamento (Almeida, Romeiro & Horta, 2005) ou a incapacidade do sujeito monitorizar o seu autocontrolo, perante os seus impulsos e ações. (Coles, 1997; cit. por Almeida *et al.* 2005).

Esforços para descrever empiricamente o construto da impulsividade têm sido levados a cabo desde há mais de 50 anos, com diferentes enfoques – biológico, social ou psicológico. Ao nível das neurociências, a impulsividade remete para falhas na resposta a um estímulo provocadas por lesões no córtex frontal (ex. um traumatismo craniano), como aponta Damásio (1994; cit. por Almeida *et al.*, 2005) ou devido a baixos níveis de serotonina, como apontam Barrat, Stanford, Felthous e Kent (1997; cit por Almeida *et al.*, 2005).

Dentro da literatura psicológica existem vários modelos explicativos desta dimensão da personalidade. Numa perspetiva psicodinâmica, a impulsividade é entendida como “*uma descarga descontrolada de tensão afetiva, que pode ser de natureza agressiva ou sexual, manifestando-se através do comportamento ou ação precipitada, sem prever as consequências.*” Brusset (2001; cit. por Almeida *et al.*, 2005).

No modelo comportamental da impulsividade existem três grandes paradigmas (Moeller, Barratt, Dougherty, Schmitz & Swann, 2001): 1) paradigmas da punição e/ou extinção, para o qual a impulsividade é definida como a manutenção de uma resposta que é punida ou sem recompensa (Matthys, Goozen, Vries, Cohen-Kettenis, Engeland,, 1998; cit. por Moeller *et al.*, 2001); 2) paradigmas da escolha/recompensa, para o qual a impulsividade é definida como uma preferência por pequenas recompensas imediatas em detrimento do adiamento de recompensas maiores (Anslie, 1975; cit. por Moeller *et al.*, 2001) e 3) paradigmas da atenção / desinibição da resposta, nos quais a impulsividade é definida tanto como um conjunto de respostas prematuras ou como a incapacidade de manter uma resposta. (Dougherty, Moeller, Steinberg, Marsh, Hines, Bjork, 1999; Halperin, Wolf, Greenblatt, Young, 1991; ambos cit. por Moeller *et al.*, 2001).

De modo a incorporar estes três paradigmas na mesma explicação do conceito, a definição de impulsividade deverá incluir os seguintes elementos: 1) sensibilidade diminuta às consequências negativas dos comportamentos; 2) reações rápidas e não planeadas aos estímulos antes de se completar o processamento da informação; e 3) falta de foco nas consequências a longo prazo (Moeller *et al.*, 2001).

A definição de impulsividade em que nos baseamos para o presente estudo segue esta linha de pensamento e vê a impulsividade como uma “*predisposição para reações rápidas e não planejadas a estímulos internos ou externos, sem que o indivíduo impulsivo tenha em conta as consequências negativas que advêm dessas reações, para si próprio ou para os outros.*” (Moeller *et. al.*, 2001, p. 1784).

Algumas palavras-chave desta definição merecem ser aprofundadas. Em primeiro lugar, a palavra “*predisposição*” remete para um padrão de comportamento e não apenas um simples ato. Esta distinção é clinicamente importante, porque investigações que incidem no tratamento da agressão revelam que os indivíduos com uma agressão impulsiva diferem, em termos de resposta à medicação, dos indivíduos com uma agressão premeditada. (Moeller *et al.*, 2001).

Em segundo lugar, é de ressaltar que a impulsividade envolve “*reações rápidas e não planejadas*” que ocorrem antes do indivíduo tomar consciência das mesmas. Esta dimensão da definição separa claramente a impulsividade dos julgamentos pobres ou dos comportamentos compulsivos, nos quais há planejamento e este ocorre antes do comportamento. Esta distinção tem, mais uma vez, ligações à investigação clínica: indivíduos encarcerados por agressão premeditada (normalmente associada a julgamentos pobres) exibem padrões de atividade cerebral diferentes dos indivíduos encarcerados por agressão impulsiva. (Barrat *et. al.*, 1997, cit. por Moeller *et al.*, 2001).

Por último, impulsividade implica “*não ter em conta as consequências negativas das ações*”, o que remete para o facto de envolver risco. Segundo os autores, estas clarificações do construto psicológico da impulsividade são de extrema importância, na medida em que enfatizam a preponderância dos fatores biológicos neste conceito, já de si, complexo (Barrat & Patton, 1983; cit. por Standord, Mathias, Dougherty, Lake, Anderson & Patton, 2009).

2.2 Perfil dos Indivíduos mais Impulsivos

Segundo Almeida *et al.* (2005), os indivíduos mais impulsivos habitualmente recorrem a comportamentos aditivos, como reforço da defesa contra sentimentos desagradáveis que são vivenciados como insuportáveis (raiva, tristeza, culpa, etc.). Os indivíduos mais impulsivos, perante um determinado estímulo, vêm-se obrigados ou

têm tendência para agir de forma descontrolada, o que remete para o carácter irresistível que a impulsividade exerce neles (Patton, Stanford & Barratt, 1995; cit. por Almeida *et al.*, 2005). São sujeitos que agem momentaneamente de modo inconsistente com o seu comportamento habitual, sendo as suas ações imprevisíveis (Cole, 1997; cit. por Almeida *et al.*, 2005). Os indivíduos com maiores níveis de impulsividade são impacientes, na medida em que aquilo que aspiram querem obter imediatamente (Almeida *et al.*, 2005). O seu estilo de vida é caracterizado pela inconstância em manter as mesmas atividades por muito tempo, tendo dificuldade em concentrar-se plenamente numa tarefa (Patton *et al.*, 1995; cit. por Almeida *et al.* 2005).

Importa ressaltar que a impulsividade é um espectro e não uma mera classificação de posições extremadas, isto porque *“ninguém consegue manifestar um controlo absoluto de todos os impulsos em todas as situações mas, por outro lado, não se pode esperar que alguém tenha uma falha completa no controlo de todos os impulsos em todas as situações.”* Coles (1997; cit. por Almeida *et al.* 2005).

2.3 Caracterização do Fenómeno

A impulsividade é relevante para explicar tanto as diferenças individuais de personalidade, como as personalidades patológicas onde este construto é visível de forma extrema (Stanford *et al.* 2009), seja em contextos clínicos/psiquiátricos, seja em contextos forenses (Almeida *et al.*, 2005).

Um aspeto que contribui para a caracterização do fenómeno é o de multi-impulsividade e que remete para o facto de, num mesmo indivíduo, poder existir uma multiplicidade de impulsos que este consegue controlar de formas e em momentos diferentes. A título de exemplo um indivíduo pode ser incapaz de controlar o seu impulso para fumar e contudo conseguir controlar os seus impulsos sexuais (Coles, 1997; cit. por Almeida *et al.*, 2005). A multi-impulsividade também está presente quando há uma deslocação da mesma, ou seja a pessoa pode conseguir controlar a impulsividade numa determinada área, mas mais tarde esta deslocar-se para ou reaparecer noutras esferas da sua vida. Por último, multi-impulsividade também é visível em momentos de grande ansiedade, que podem provocar, em indivíduos com ou sem patologia, comportamentos impulsivos em mais de uma área ou em várias áreas encadeadas (Coles, 1997; cit. por Almeida *et al.*, 2005).

Ao nível das diferenças individuais da personalidade, vários autores chamam a atenção para a adequabilidade da impulsividade, pois esta depende em larga escala das exigências da situação que o indivíduo tem em mãos. (McCown, Johnson e Shure, 1993; cit. por Claes, *et al.*, 2000). A título de exemplo, os autores referem que uma travagem brusca para evitar um acidente exige do indivíduo um comportamento imediato sem deliberação (i.e. impulsivo) e se, nessa situação, o indivíduo fizesse uma análise profunda de todas as opções antes de travar, poderia ser prejudicial ou até mesmo fatal. Por outro lado, os mesmos autores consideram que existem outras situações que requerem uma reflexão profunda de todas as possíveis respostas, antes da ação.

Uma resposta impulsiva adequada a um determinado contexto remete para a noção de impulsividade funcional onde esta é benéfica; ao passo que uma resposta impulsiva desadequada para um determinado contexto remete para uma impulsividade disfuncional, onde esta é uma dificuldade (Dickman 1990, cit. por Claes *et al.*, 2000). Claes *et al.*(2000) referem que a maior parte dos estudos empíricos investigam a impulsividade disfuncional ou patológica e as suas consequências negativas. Contudo, para estes autores nem todas as consequências dos comportamentos impulsivos são negativas.

Nesse sentido, os estudos que têm investigado a relação entre impulsividade e funções cognitivas (Dickman, 1985; cit. por Claes *et al.*, 2000) revelam que, quando a tarefa experimental é muito simples sujeitos altamente impulsivos dão respostas mais rápidas e chegam a resultados positivos com muito poucos erros. Na mesma linha de investigação, Dickman e Meyer chegaram à conclusão que, quando o tempo para tomar uma decisão é extremamente curto, sujeitos altamente impulsivos são de facto mais precisos nas suas decisões do que os sujeitos com baixos níveis de impulsividade. (Dickman & Meyer, 1988; cit. por Claes *et al.*, 2000)

Ao nível da psicopatologia, a impulsividade tem sido estudada em torno de duas correntes diferentes: uns autores defendem que a impulsividade é um traço de personalidade (Dickman, 1990; cit. por Almeida *et al.*, 2005; Moeller *et al.*, 2001 e Barratt, 2004); outros autores defendem ser um sintoma presente num vasto número de perturbações. (Hollander, 2004; cit. por Almeida *et al.*, 2005). Coles sugere que a impulsividade pode ser um critério primário, se não mesmo universal, de todas as doenças mentais com traços antissociais e irracionais (Coles, 1997; cit. por Almeida *et al.*, 2005).

Outra distinção importante diz respeito às formas de manifestação negativa da impulsividade, que podem ser de dois tipos: a) comportamentos de autoagressão, que incluem comportamentos automutilantes, tentativas de suicídio, suicídios, comportamentos de risco (ex: bulimia, anorexia, condução perigosa, etc.) e comportamentos aditivos (ex: alcoolismo, abuso de estupefacientes, etc.) ou b) comportamentos de heteroagressão, quer estes sejam ao nível físico, verbal quer passivo. (Almeida *et al.*, 2005).

Partindo do pressuposto anterior, as consequências da impulsividade podem ser tanto o aumento da heteroagressão como o aumento da autoagressão. Ao nível da heteroagressão, esta pode ocorrer quer em contexto social, sexual, quer financeiro. Neste sentido vários autores referem que a impulsividade pode levar a atos anti-sociais (Rodrigues & Gonçalves, 1998; Luengo, Carrillo de la Peña, Otero & Romero, 1994; cit. por Almeida *et al.*, 2005). Ao nível da autoagressão consideram-se como comportamentos autodestrutivos, por exemplo o aumento de risco de suicídio, quando a impulsividade se associa a sentimentos de desespero (Almeida *et al.*, 2005).

Muitos estudos sobre impulsividade encontraram um declínio da impulsividade com o aumento da idade, contudo Claes *et al.* (2000) não encontraram este padrão no seu estudo, ou seja indivíduos mais impulsivos, tendem a manter-se impulsivos ao longo da vida. Vários estudos têm demonstrado que os homens são, em regra, igual ou mais impulsivos do que as mulheres (Eysenck, Pearson, Easting & Allsopp, 1985; Luengo *et al.*, 1991; cit. por Claes *et al.*, 2000).

3. Orientação Temporal

3.1 Conceitos Chave

Segundo Friedman (2011), a palavra “tempo” remete para uma variedade de processos psicológicos: sequências habituais de eventos, padrões de tempo naturais e convencionais, sequências causais, relações lógicas entre sucessão e duração, distinção entre passado-presente-futuro, entre outros. Durante séculos, filósofos discutiram a natureza do tempo e o seu papel no desenvolvimento da consciência humana, do *self* e da identidade (Holman & Silver, 1998). A partir do século passado, psicólogos entraram neste diálogo e sugeriram que as percepções sobre o tempo fazem parte da gênese a partir da qual o pensamento consciente e o comportamento emergem (James, 1980; Kelly, 1955; Lewin, 1942, cit. por Holman & Silver, 1998).

No presente trabalho, ao falarmos de tempo estamos a referir à distinção entre passado-presente-futuro, ou seja a essa capacidade fabulosa que os seres humanos possuem de viajar mentalmente no tempo, que permite não só experimentar o presente e relembrar o passado, como conjecturar potenciais futuros (Gruber, J., Hay, A. & Kirkland, W., 2012).

Apesar das diferentes abordagens e formas de medir as percepções temporais, dois construtos, relacionados entre si, merecem a nossa atenção: 1) Perspetiva Temporal – definida como o “*o grau de envolvimento cognitivo que atravessa as esferas da vida presente, passada e futura*”(Fraisse, 1963; Nuttin, 1985; cit. por Homan & Silver, 1998) e como “*o conceito cognitivo-motivacional que se refere a pensamentos e atitudes face ao passado, ao presente e ao futuro*” (Mello *et al.*, 2009) e 2) Orientação Temporal – “*direção preferencial inerente a pensamentos e comportamentos de um indivíduo, que, num determinado momento da sua vida, pode ser predominantemente orientada para objetos e acontecimentos do passado, do presente ou do futuro.*” (Nuttin & Lens, 1985, p. 11; cit. por Lima, 2009).

Segundo os investigadores da Perspetiva Temporal, os indivíduos podem varia-la e tê-la mais alargada, i.e. que vai desde o passado distante até ao futuro distante; ou ter uma perspetiva curta, i.e. apenas orientar-se entre o passado imediato e o presente (Holman & Silver, 1998).

Em conjunto estas duas perceções temporais, inter-relacionadas, criam uma tendência cognitiva abrangente, que filtra e interpreta o significado da experiência pessoal. (Holman & Silver, 1998), ou seja, funcionam como uma resposta organizadora do comportamento humano (Fraisse, 1963; Zimbardo, 1994; cit. por Holman & Silver, 1998).

3.2 Orientação dos Indivíduos para o Passado, Presente ou Futuro

Para os investigadores da Orientação temporal o sujeito, num determinado momento, tem tendência a focar-se cognitivamente numa das três zonas temporais (i.e. passado, presente ou futuro). Para as pessoas mais orientadas para o passado o seu autoconceito e a autoavaliação que fazem baseiam nos acontecimentos do passado; ao passo que as pessoas mais orientadas para o presente tendem a não considerar o passado na sua vida presente, nem a preocuparem-se com as futuras consequências dos seus atos. Já as pessoas mais orientadas para o futuro, definem-se em função daquilo que esperam e desejam para o seu futuro, tendo uma maior capacidade de adiar gratificações para um momento mais distante do momento presente (Lens, 2006; cit. por Lima, 2009).

Suddendorf and Moore (2007; cit. por Friedman, 2011) denotaram que os comportamentos orientados para o futuro das crianças são inicialmente regulados pelos seus pais. Os pais dizem às crianças pequenas o que elas devem fazer ou oferecem-lhe opções de modo a prepará-las para eventos futuros. À medida que as crianças vão crescendo, os pais esperam que elas aprendam comportamentos orientados para o futuro, mas a transição para uma auto-regulação temporal do futuro é progressiva, contando com a mediação parental nos comportamentos orientados para o futuro, pelo menos até à adolescência (Friedman, 2011).

No que concerne a populações de risco, vários estudos concluíram que as crianças e adolescentes criados em ambientes considerados de risco, mas que mantêm expectativas positivas em relação ao futuro e fazem planos vindouros, têm menor probabilidade de experimentar problemas psicológicos e sociais em momentos posteriores da sua vida (Whyman et. al, 1992; Quinton et al, 1993; cit. por Lima, 2009).

3.3 Principais Estudos sobre Orientação Temporal

Os estudos empíricos têm desenvolvido duas vertentes. Uma primeira incide sobre a orientação preferencial dos sujeitos, indicativa da zona temporal por eles privilegiada (i.e. passado, presente ou futuro). A segunda vertente, incide sobre a comparação entre grupos ao nível do seu grau de envolvimento em cada uma das zonas temporais ou apenas numa delas (De Volder, 1979; cit. por Lima, 2009).

Existem várias metodologias para avaliar a Orientação Temporal, muitas delas, estão associadas a metodologias qualitativas, como por exemplo entrevistas, narrativas, técnicas projectivas, entre outras. Contudo, a diversidade das metodologias qualitativas dificulta a comparação de resultados (Keough, Zimbardo & Boyd, 1999). Por outro lado o estudo da orientação temporal através de metodologias quantitativas permite fazer uma análise psicométrica e comparar resultados entre diferentes estudos.

Importa ainda ressaltar que a investigação sobre Perspetiva/Orientação Temporal não tem contado com o investimento que se tem evidenciado em construtos análogos tais como Perspetiva Temporal de Futuro (Nuttin & Lens, 1985; citado por Lima, 2009) e Orientação Temporal para o Futuro (Nurmi, 1991; Seginer, 1995 e Trommdorff, 1986; citados por Lima, 2009), contribuindo para se gerar, por vezes, ambiguidade e, mais uma vez, limitar as possíveis comparações.

Apesar das definições e as medidas operacionais deste conceito serem variadas, e por vezes pouco sistematizadas, Holman & Silver (1998) citam várias investigações que têm associado a perspetiva/orientação temporal a: objetivos académicos (De Volder & Lens, 1982; Raynor, 1970), ao ajustamento psicológico (Enrich & Wilson, 1985; Melges, 1990) a comportamentos de saúde (Rothspan & read, 1996), a comportamentos de risco (Zimbardo, Keoug & Boyd, 1997) e à delinquência (Davids, Kidder & Reich, 1962).

Estudos sobre esta temática revelam que a orientação para o passado está empiricamente associada a vivências de traumas, tão diversos como o incesto, a guerra ou os desastres naturais (Holman & Silver, 1998); também está associada a indivíduos deprimidos (Habermas, 2007; cit. por Lima, 2009) e às narrativas de sobreviventes de abusos na infância, por estarem repletas de evocações ao passado, desvalorizando o papel central do *self* (Klein & Janoff-Bulman, 1996; cit. por Lima, 2009).

4. Desvio e Delinquência Juvenil

4.1 Conceitos chave

O comportamento delinquente engloba uma diversidade de atos com formas de exteriorização muito distintas, que sofre variações com o tempo e que assume múltiplas manifestações. Assim, parece-nos importante começar por clarificar conceitos chave, que muitas vezes são utilizados como similares na literatura, – tais como delinquência, perturbações do comportamento, distúrbios de personalidade antissocial, desvio, comportamentos desviantes ou antissociais - mas que dizem respeito a enfoques diferentes, tal como clarifica Fonseca e Simões (2002) ao referir que a aplicação destes conceitos prende-se com a perspetiva teórica que está subjacente à explicação do fenómeno.

Neste sentido, delinquência é um conceito de ordem jurídica e, segundo Farrington (2000) “*refere-se a um conjunto de atos proibidos por lei, tais como furtar, roubar, assaltar, agredir, cometer atos de vandalismo, usar drogas, por pessoas com menos de 18 anos.*” (p. 463). O mesmo autor refere que existem problemas de vária índole em usar a definição legal de delinquência, na medida em que o que separa o legal do ilegal nem sempre é claro e é normalmente definido de forma lacunar.

Matos (1982) chama-nos a atenção para a distinção importante a fazer entre delinquente e antissocial, na medida em que o delinquente é aquele que transgredir as normas da sociedade, ao passo que o antissocial rejeita a sociedade e pode limitar-se apenas a isolar-se, sem chegar a agir como um delinquente.

Os termos perturbação ou distúrbio do comportamento e perturbação antissocial da personalidade enquadram-se na perspetiva psicopatológica, sendo classificações de perturbações mentais. Matos (1982) esclarece que utilizar o termo delinquência no âmbito da psicopatologia é incorreto, na medida em que se trata de uma designação da criminologia e porque a conduta delinvente nem sempre corresponde a uma alteração psíquica (doença ou anomalia mental).

Já os termos desvio, comportamento desviante e comportamento antissocial são designações da área da sociologia. Nesta perspetiva, segundo Machado (2008), o conceito de desvio engloba por um lado comportamentos que violam as expectativas da maioria dos membros de uma determinada sociedade e por outro implica que suscite reações negativas desses membros, por considerarem tratar-se de atos que devem estar sujeitos a sanções.

Para Sanches e Gouveia Pereira (2010) o termo “comportamento desviante” é suficientemente abrangente para se incluir não só os comportamentos delinquentes, que constituem transgressões à lei (ex: usar armas, vender droga, furtar numa loja, etc.), como também comportamentos que apesar de não serem violações legais, violam as normas sociais e são considerados inaceitáveis em determinadas idades ou contextos (ex: fumar cigarros, beber álcool, faltar às aulas, etc.).

Pelo facto deste estudo se desenvolver no âmbito da especialidade de Psicocriminologia optámos por ter como referência dois conceitos, em nosso entender complementares, um do foro da Criminologia e outro do foro da Sociologia/Psicologia Social, respetivamente delinquência e desvio.

4.2 Tipologia da Delinquência

Frechete e LeBanc (1987, cit. por Baptista, 2000), que realizaram estudos longitudinais abrangendo uma amostra de mais de quatrocentos jovens em contacto com a justiça canadiana, distinguem, numa lógica de gravidade, dois grandes tipos de delinquência:

1. Delinquência Insignificante – que se subdivide em duas categorias:
 - a) Delinquência como manifestação da “crise” da adolescência – refere-se a comportamentos de experimentação que dão origem a condutas

delituosas menores, próprias da “crise” adolescência, onde os limites e regras sociais são postos à prova. Habitualmente, ultrapassando a etapa de “crise”, o jovem consolida os seus vínculos sociais;

- b) Delinquência como pedido de ajuda inconsciente – refere-se a problemas de comportamentos, muitos deles de caráter autodestrutivo que, embora socialmente pouco danosos, são reveladores dos problemas de desenvolvimento do jovem, dificuldades de inserção sócio familiar e escolar, à luz da concepção de Winicott (1987, cit. por Baptista 2000);

2. Delinquência Significativa – que se subdivide em três categorias:

- a) Delinquência esporádica – refere-se a um número limitado de atos delituosos, de fraca gravidade e circunscritos num determinado intervalo de tempo;
- b) Delinquência explosiva – refere-se a um maior número de atos, de gravidade média, mas também circunscritos num determinado período da vida;
- c) Delinquência de carreira – trata-se já de uma condição delinquente e que se diferencia em três subcategorias:
- I. delinquência persistente intermédia – refere-se a atos heterogéneos, de gravidade média e de longa duração. Começa na adolescência e persiste na idade adulta;
 - II. delinquência persistente grave – refere-se a atos heterogéneos, de longa duração, mas de maior gravidade, com uma escalada no tipo de crimes, associada a crimes violentos;
 - III. delinquência “estilo de vida” – igual à anterior, mas mais enraizada na personalidade e estilo de vida do jovem. Estes jovens apresentam dificuldades em estabelecer vínculos familiares, sociais e institucionais, têm elevados níveis de egocentrismo e isolamento interpessoal e muito pouca capacidade empática, o que favorece uma moralidade própria, i.e. a “lei do mais forte”.

Numa lógica de continuidade, os autores supracitados caracterizam a delinquência de duas formas: 1) delinquência regressiva e 2) delinquência extensiva. A primeira trata-se de uma delinquência transitória, acidental, que ocorre sensivelmente entre os 14 e os 18 anos, que pode ser grave e frequente, mas que se eclipsa, habitualmente de forma abrupta, a partir da segunda metade da adolescência (a partir dos 18 anos). A segunda trata-se de uma delinquência com início precoce (10/11 anos) e que se vai consolidando até fazer parte do estilo de vida do adolescente e, portanto, resiste aos constrangimentos sociais.

Na mesma linha de investigação, Farrington (2008), que dirige o Estudo de Cambridge – um estudo longitudinal sobre o desenvolvimento da delinquência e que é levado a cabo com 400 indivíduos do sexo masculino, desde 1961 até à atualidade – considera que há um tipo de delinquência que faz parte de um determinado período da vida dos indivíduos e que depois diminui (delinquência circunscrita à adolescência) e outra que se trata de uma delinquência que persiste ao longo da vida (delinquência crónica).

Segundo o mesmo autor, os momentos de máxima aceleração e desaceleração da prevalência do crime podem ser relacionados com os períodos em que ocorrem mudanças significativas na vida dos adolescentes e que influenciam a delinquência: por volta dos 14 anos, as influências sociais mais importantes deixam de ser os pais e passam a ser os pares do mesmo sexo (aceleração da delinquência), ao passo que por volta dos 23 anos as influências sociais mais importantes deixam de ser os pares e passam a ser as companheiras (desaceleração da delinquência).

A delinquência circunscrita à adolescência de Farrington assemelha-se à designação de delinquência regressiva de Frechete e LeBanc (Cf. Frechete & LeBanc, 1987; cit. por Baptista, 2000), ao passo que a delinquência crónica assemelha-se à delinquência extensiva dos referidos autores canadianos (*idem*).

No que concerne à delinquência crónica, o Estudo de Cambridge verificou uma continuidade significativa entre a delinquência juvenil e delinquência dos adultos jovens, ou seja 73% dos rapazes condenados com idades entre os 10 e os 16 anos foram condenados novamente entre os 17 e os 24 anos, em comparação com apenas 16% dos

que não foram condenados no início da adolescência. (Farrington, 1992, cit. por Farrington 2008). Já tinha sido encontrada uma continuidade semelhante nos crimes autorrelatados (Farrington, 1989; cit. por Farrington 2008). Os delinquentes crónicos, até aos 50 anos, representavam 7% da amostra (28 dos 400 sujeitos) e foram descritos como os homens que tinham cometido mais de metade (52%) dos crimes oficialmente registados. Cada um dos elementos desta amostra sofreu pelo menos 10 condenações, apresentando taxas de criminalidade elevadas e percursos criminosos particularmente longos (em média dos 14 aos 35 anos).

Em suma, os rapazes condenados em idades precoces tendiam a tornar-se delinquentes mais persistentes, cometendo um grande número de delitos graves, com uma frequência mais elevada e durante longos períodos de tempo. A partir do Estudo de Cambridge fica claro que os delinquentes persistentes do estudo começaram cedo, desenvolveram longas carreiras criminais e apresentavam dificuldades em muitas dimensões da sua vida.

Estes resultados chamam a atenção para o fenómeno da delinquência persistente, isto por [os crónicos] *“serem tão poucos e por serem responsáveis por uma parte tão grande dos problemas ligados ao crime”* (p.228). O facto de este estudo longitudinal ter investigado três gerações faz com que os investigadores estejam em condições para afirmar que os delinquentes persistentes tendem a dar origem à próxima geração de crianças delinquentes. Por isso, *“é muito importante fazer com que as crianças em risco sejam alvo de programas de prevenção na infância, com vista a quebrar o ciclo de transmissão intergeracional”* (Farrington, 2008, p. 242).

4.3 Teorias Explicativas

A teoria do controlo social/geral do crime de Gottfredson e Hirschi (1990; cit. por Fonseca & Simões, 2002) despertou um grande interesse junto dos estudiosos do comportamento anti-social, no início deste milénio, devido à sua relativa simplicidade. Para Hirschi (1969; cit. por Born, 2005) esta teoria *“postula que o crime e a desviância se instalam quando o laço que liga o indivíduo à sociedade é demasiado fino ou é quebrado”* (p.80). O autor descreve que os laços tanto podem ser formais - i.e. com a polícia ou outras forças da autoridade - como laços informais - i.e. com família e vizinhos.

Nesta perspectiva há duas variáveis preponderantes para o indivíduo agir de forma anti-social: o baixo autocontrole e as oportunidades para o indivíduo se envolver em comportamentos delinquentes.

Segundo os autores referidos há uma característica comum em todos os indivíduos que transgridem, independentemente do tipo de transgressão, essa característica é o seu baixo autocontrole. Por baixo autocontrole, os autores entendem o indivíduo impulsivo, insensível aos sentimentos e necessidades dos outros, mais interessado pela atividade física do que pela mental, e portanto mais disposto a agir do que a pensar, com um gosto excessivo pelo risco e pela aventura, com limitadas perspectivas temporais, ou seja orientado para o presente (o “aqui e o agora”) e centrado sobre si mesmo. Gottfredson e Hirschi (1990; citados por Fonseca & Simões, 2002) consideram também que os indivíduos com baixo autocontrole são pouco persistentes, tendem a envolver-se em relações instáveis e parece que têm propensão para os acidentes.

Para além desta característica pessoal, segundo os mesmos autores, a probabilidade de um indivíduo se envolver em comportamentos delinquentes é maior quando há oportunidades para que tal aconteça. Segundo Fonseca e Simões (2002) são as oportunidades que fazem com que o baixo autocontrole se possa expressar numa panóplia de comportamentos delinquentes ao longo da vida. Os supracitados autores reforçam que o âmago desta teoria está na interação entre o baixo autocontrole e as oportunidades que se lhe oferecem para expressar essas disposições.

Na mesma linha de pensamento, a teoria da regulação (Le Blanc, 1993; cit. por Baptista, 2000) destaca que a atividade delituosa é regulada por quatro componentes e duas condições.

Segundo o autor supracitado, as componentes são:

1. os vínculos – i.e. ligações que o indivíduo mantém com a sociedade e seus membros e que podem ser de três tipos:
 - a) ligação às pessoas;
 - b) investimento nas atividades convencionais;
 - c) envolvimento nas instituições sociais.

2. nível de alocentrismo do indivíduo – i.e. disposição do sujeito para relacionar-se, orientar-se para os demais ou interessar-se pelos outros. Trata-se de uma qualidade oposta ao egocentrismo (presente nos delinquentes graves);
3. os constrangimentos sociais – i.e. impedimentos sociais exercidos pela sociedade, que têm por objetivo travar a atividade delituosa (constrangimentos formais ou informais, constrangimentos externos ou internos);
4. a exposição às influências/oportunidades desviantes e delinquentiais – refere-se a fatores do presente, tais como os comportamentos atuais do jovem delincente e as circunstâncias sociais e institucionais onde os seus comportamentos se produzem (associação a pares desviantes, etc.).

Segundo o autor supracitado, cada componente interage reciprocamente com as outras componentes, sendo que essa interação é modelada por:

1. condições sociais (classe socioeconómica, etc.)
2. condições biológicas (sexo, idade, património genético, impulsividade, etc.).

Exemplificando a interação recíproca, Baptista (2000) refere que um adolescente com vínculos ténues à família e com fraco envolvimento em atividades sociais institucionalizadas (absentismo escolar, não estruturação dos tempos livres) não reúne condições favoráveis para o desenvolvimento do alocentrismo e por conseguinte torna-se menos recetivo à adesão dos constrangimentos sociais atuais, o que aumenta a sua permeabilidade às situações desviantes e a sua influenciabilidade perante oportunidades delinquentiais. A prática delituosa, por sua vez, enfraquece os vínculos sociais do jovem, como também empobrece o alocentrismo. Estão assim criadas as condições para a delinquência persistente.

4.4 Fatores de Risco

Farrington (2000) salienta que existem muitos fatores de risco que têm um efeito direto na delinquência, sendo variada a sua índole: fatores de risco individuais, familiares, escolares, os pares e fatores comunitários, como o bairro. No presente estudo focamo-nos num fator de risco individual, preditor da delinquência – a Impulsividade.

Kernberg (1995; cit. por Casoni & Brunet, 2003, p. 106), referindo-se às influências que estão na gênese da delinquência, considera artificial a dicotomia natural versus cultural, i.e. influência genética versus influência ambiental, pois, para o autor, “*é nos componentes inatos universais que os afetos se organizam em função do ambiente e das primeiras relações de objeto experimentadas pelo recém-nascido*”. Neste sentido, existem fatores genéticos (neuroquímicos e neurohormonais) que contribuem para a propensão de comportamentos agressivos (cf. Stone, 1993; cit. por Casoni & Brunet, 2003), tal como também é reconhecida pelo autor (cf. Paris, 1993; cit. por Casoni & Brunet, 2003) a importância de fatores ambientais propiciadores das patologias severas da personalidade, nomeadamente o facto de crianças, em idades precoces, terem sido vítimas ou expostas a atos de violência.

5. Estudos Empíricos

A Impulsividade está empírica e consistentemente associada a problemas de comportamento (Moffitt, Caspi Harrington & Milne, 2002; White *et al.*; 1994; cit. por Chen & Vazsonyi 2011).

Farrington (2000) salienta que, dentro dos fatores individuais, a hiperatividade e a impulsividade são os mais importantes, na medida em que predizem a delinquência tardia.

Frechette e LeBlanc compararam adolescentes convencionais com adolescentes que cometiam práticas delituosas conhecidas pelo Tribunal, com idades entre os 13 e os 17 anos. Desse estudo longitudinal sobressaiu que o jovem delinquente tem tendência para agir impulsivamente, para ter um pensamento irrealista e fatalista/pessimista, tendência para o isolamento interpessoal e para a degradação dos laços interpessoais. (Frechette e LeBlanc 1987, citado por Baptista, 2000).

Várias investigações, citadas por Chen & Vazsonyi (2011), demonstraram haver evidência da relação negativa entre orientação para o futuro e problemas de comportamento, tais como abuso de álcool (Robbins & Bryan, 2004), abuso de drogas (Bolland, 2003; Bolland *et al.*, 2007; Keough, Zimbardo & Boyd, 1999; Trommsdorff, 1986), roubos (Oyserman & Saltz, 1993), comportamentos sexuais de risco (Gilchrist &

Schinke, 1987; Morris *et al.*, 1998; Robbins & Bryan, 2004; Whitetaker *et al.*, 2000), condutas desviantes em meios escolar (Caldwell, Wiebe & Cleveland, 2006; Oyserman *et al.*, 2006; Skorikov & Vondracek, 2007) e delinquência em geral (Oyserman *et al.*, 2006). Segundo Routledge e Arndt, os indivíduos com uma orientação para o futuro mais positiva são geralmente mais sensíveis às consequências futuras dos seus comportamentos do momento presente e por isso têm menos probabilidade de se envolverem em problemas de comportamento, que ponham em risco o seu futuro. (Routledge & Arndt, 2005; cit. por Chen & Vazsonyi, 2011).

Segundo Farrington (2000) outros aspetos da personalidade que influenciam a delinquência são uma pobre capacidade de atenção, uma pobre capacidade para adiar a gratificação e uma perspetiva temporal de futuro curta.

OBJETIVOS E HIPÓTESES

Com base na revisão de literatura delineámos como objetivos deste estudo: 1) examinar se a orientação temporal para o futuro medeia a relação entre impulsividade e comportamentos desviantes; 2) examinar se há diferenças de desvio entre os adolescentes com e sem contacto com a justiça portuguesa.

Para concretização do 1º objetivo definimos as seguintes hipóteses:

- **Hipótese 1:** Existe uma relação positiva entre impulsividade e orientação temporal para o presente e/ou para o passado; isto é, quanto mais impulsivos os adolescentes são, mais orientados para o presente e/ou para o passado estão.
- **Hipótese 2:** Existe uma relação negativa entre a impulsividade e a orientação temporal para o futuro, isto é, quanto mais impulsivos os adolescentes são, menos orientados para o futuro estão.
- **Hipótese 3:** Existe uma relação positiva entre orientação temporal para o presente e/ou para o passado e os comportamentos desviantes; isto é quanto mais orientados para o passado e/ou para o presente os adolescentes estão, mais comportamentos desviantes praticam.
- **Hipótese 4:** Existe uma relação negativa entre a orientação temporal para o futuro e os comportamentos desviantes, isto é quanto mais orientados para o futuro os adolescentes estão, menos comportamentos desviantes praticam.
- **Hipótese 5:** A orientação temporal para o futuro é uma variável mediadora na relação entre a impulsividade e os comportamentos desviantes; isto é quanto mais impulsivos os adolescentes são, menos orientados para o futuro estão e mais comportamentos desviantes praticam.

Para a concretização do 2º objetivo definimos as seguintes hipóteses:

- **Hipótese 6:** Os adolescentes que têm duas ou mais medidas tutelares praticam mais comportamentos desviantes que os adolescentes que têm apenas uma medida tutelar.
- **Hipótese 7:** Os adolescentes que estão a cumprir medidas tutelares praticam mais comportamentos desviantes que os adolescentes que não estão a cumprir medidas tutelares.

MÉTODO

1. Participantes

Participaram neste estudo 126 adolescentes com idades compreendidas entre os 12 e os 18 anos ($M= 15,88$; $DP= 1,68$); sendo 73,8 % rapazes e 26,2% raparigas. Em termos de etnia, 68,3% são de etnia caucasiana, 17,5% são de origem interétnica (mestiços), 13,5 % são negros e 8% são ciganos. A amostra é constituída maioritariamente por adolescentes com nacionalidade portuguesa, i.e. 88,1%. Há também 7,9% de nacionalidades africanas, 1,9% de nacionalidades europeias e 2,4% de outras nacionalidades, dos quais 1,6% referiram ser brasileira.

No que concerne a situação judicial dos adolescentes, 62,7% já teve problemas com a polícia e 34,9% não teve problemas. No conjunto de adolescentes da amostra 31,7% nunca contactaram com a Justiça Portuguesa, no âmbito da Lei tutelar Educativa (DL n° 166/99), o que significa que não lhes foram aplicadas medidas tutelares decorrentes do processo tutelar educativo; ao passo que 65,9% estão em contacto com a Justiça, ou seja foram-lhes aplicadas medidas tutelares (Acompanhamento Educativo, Imposição de Obrigações, Tarefas a favor da Comunidade, entre outras). Dos 83 adolescentes em contacto com a Justiça Portuguesa, a 48,4% foi-lhes aplicada uma medida e a 14,3% foi-lhes aplicadas duas ou mais medidas. Em termos de idade dos adolescentes aquando da aplicação da 1ª medida variam entre os 10 e os 17 anos ($M=14,59$; $DP=1,48$), sendo os 15 anos (18,3%) a idade em que mais adolescentes contactaram pela primeira vez com os tribunais por atos ilícitos que tenham cometido, seguida dos 16 anos (13,5%), 14 anos (11,1%) e 13 anos de idade (10,3%).

No que concerne à situação escolar, a maior parte dos adolescentes da amostra está a frequentar a escola – 87,3% – e 12,7% não frequenta qualquer estabelecimento de ensino. Os níveis de ensino dos adolescentes da amostra variam entre o 5º e o 12º ano, sendo o nível médio o 8º ano ($M=8,03; DP=1,59$). Dos adolescentes que frequentam a escola 20,6% encontram-se no 8º ano de escolaridade, 17,5% no 7º ano, 15,9% no 9º ano, 13,5% no 10º ano, 9,5% no 6º ano, 5,6% no 5º ano, 3,2% no 11º ano e apenas 0,8% no 12º ano de escolaridade (i.e. 1 sujeito). Em termos de reprovações a grande maioria dos adolescentes da amostra já reprovaram – 91,3%, contrapondo com 7,9% que não reprovaram. O número de reprovações varia entre 1 e 7 reprovações ($M=2,66; DP=1,21$). Dos adolescentes que reprovaram, 33,3% reprovaram três vezes, 23,8% duas vezes, 11,9% uma vez, 8,7% quatro vezes, 2,4% cinco vezes, 1,6% sete vezes e 0,8% seis vezes. Em termos de escolaridade completa ($M=6,94; DP=1,62$) 23% da amostra concluiu o 7º ano, 22,2% o 6º ano, 16,7% o 9º ano, 15,1% o 8º ano, 10,3% o 5º ano, 7,9% o 4º ano do ensino básico, 3,2% o 10º ano e 0,8% tem o 11º ano de escolaridade concluído (i.e. 1 sujeito).

No que concerne aos bairros onde os adolescentes vivem, 84,1% dos adolescentes gosta de viver no seu bairro, contrapondo com 12,7% que não gosta. A maioria dos adolescentes da amostra (73,8%) vive em bairro social ou de realojamento, ao passo que 23,8% não habita nesses bairro específicos.

No que concerne à situação familiar dos adolescentes da amostra, a maioria das suas famílias apresentam duas configurações que, claramente se demarcam das restantes, a saber: 36,5% têm uma família nuclear (mãe, pai e filho(s)) e 20,6% têm uma família monoparental, cujo adulto a cargo do(s) filho(s) é a mãe. As outras configurações familiares ou alternativas revelam que 14,3% dos adolescentes da amostra vive numa instituição, que tanto pode ser um Lar de Emergência, um Lar de Infância e Juventude, como um Lar de Acolhimento a mães adolescentes, 13,5% têm uma família alargada, onde coabita pelo menos um elemento de três gerações (avós, pais ou tios e filhos/netos), 8,7% vive com outros familiares a cargo (tios, avós ou padrinhos) e 4,8% têm uma família monoparental, cujo adulto a cargo do(s) filho(s) é o pai.

Em termos de número de elementos do agregado familiar este varia entre dois e doze elementos ($M=4,74; DP=2,08$), sendo o número de quatro elementos a situação mais frequente (19,8%) e três elementos (16,7%), ao passo que as situações menos

frequentes são as de agregados compostos por 9 pessoas (0,8%) e 12 pessoas (1,6%). Em termos de fratrias, a grande maioria dos adolescentes tem irmãos – 86,8%, contrapondo com 2,4% que não têm. O número de irmãos, nesta amostra varia consideravelmente, pois temos sujeitos com um irmão até a sujeitos com vinte ($M=3,75$; $DP=2,84$). Contudo, o número de irmãos mais frequente é de dois irmãos (23,0%), três (18,3%) e um irmão (16,7%).

Em termos de historial de condenações de familiares dos adolescentes esta amostra é bastante contrabalançada, ou seja 53,2% dos adolescentes refere que nenhum dos familiares esteve a cumprir pena em estabelecimento prisional e 45,2% refere que pelo menos um familiar esteve a cumprir pena em estabelecimento prisional. Dos 57 adolescentes com familiares condenados apenas 1 sujeito referiu que foram condenados mais do que um familiar pela mesma situação (mãe, avô e avó). Os restantes sujeitos referiram terem um familiar condenado, 13,5% dos quais eram os pais, 9,5% eram os irmãos, 2,4% eram as mães, 1,6% eram os avós e 16,7% referem ser outro familiar. A idade que os adolescentes tinham quando o familiar foi condenado varia entre os zero e os dezoito anos de idade. ($M=9,38$; $DP=5,39$).

Os dados foram recolhidos em várias entidades, todas localizadas na área da Grande Lisboa. Uma das instituições é um organismo do Estado, onde é feita a assessoria técnica aos tribunais no âmbito da Lei Tutelar Educativa (lei nº 166/99). Nesta instituição optou-se por recolher os dados apenas junto de adolescentes que já estivessem a cumprir medidas tutelares educativas não privativas de liberdade, excluindo-se tanto os adolescentes que estivessem a cumprir medidas tutelares privativas da liberdade (i.e. internamento em centro educativo), como os adolescentes que estivessem em processo de avaliação psico-legal (normalmente na fase pré-sentencial). A primeira exclusão deveu-se ao facto se querer garantir uma certa homogeneidade da amostra, ou seja, todos os adolescentes viverem num meio comunitário, cujas condições não fossem privativas de liberdade. A segunda exclusão deveu-se ao facto de se querer evitar confundir o processo de avaliação, que tem repercussões diretas na decisão judicial, com o processo de investigação, independente da decisão judicial, procurando deste modo evitar alguma desejabilidade social dos adolescentes.

Outras instituições, onde também se recolheram dados, desenvolvem projetos comunitários em bairros sociais/de realojamento de zonas periféricas da cidade de Lisboa e uma outra instituição trata-se de um Lar de Infância e Juventude, também localizado num bairro social.

2. Instrumentos

Os instrumentos utilizados neste estudo foram os seguintes: 1) *Escala de Comportamentos Desviantes*; 2) *Escala de Orientação Temporal*; 3) *Escala de Impulsividade BIS – 11*; 3) e 4) *Questionário de Caracterização da Amostra*, construído a partir da literatura (ver anexo 1).

Os questionários de autorelato tem a vantagem de permitir que o investigador reúna informação sobre uma variedade de tipos de ações como também verificar se essas ações constituem padrões de comportamento a longo prazo. Uma desvantagem dos questionários de autorelato é o facto do investigador ter de confiar na veracidade da informação que o indivíduo lhe faculta ao preencher o questionário, informação que pode ou não ser verdadeira (Moeller *et al.*, 2001).

Quadro nº 1

Informação sobre Escalas: ECD, EOT, BIS (N=126)

	Nº itens	α	M	DP
Comportamentos Desviantes	19	0.87	5.81	4.23
Orientação para o Futuro	8	0,71	3,32	5,63
Orientação para o Presente	7	0,66	3,32	5,06
Orientação para o Passado	5	0,64	3,32	4,12
Impulsividade	30	0.71	2.77	11.87

A Escala de Comportamentos Desviantes – ECD

A *Escala de Comportamentos Desviantes* – ECD (Sanches & Gouveia-Pereira, em preparação) foi originalmente desenvolvida por Gouveia-Pereira e Carita (2005; cit. por

Sanches & Gouveia-Pereira, 2010). Esta escala é uma escala de variedade que, tal como o nome indica, mede a diversidade de comportamentos desviantes cometidos durante um determinado período de tempo, e não a frequência com que esses comportamentos ocorreram. Para uma descrição mais detalhada sobre as vantagens das escalas de variedade face às tradicionais escalas de frequência, consultar Bendixen, Endresen e Olweus (2003). A escala é composta por 19 itens/perguntas fechadas que remetem para comportamentos desviantes que ocorreram no último ano, tais como: comportamentos de vandalismo (ex: *Estragaste ou destruíste bens públicos ou privados?*), comportamentos aditivos (ex: “Consumiste cocaína ou heroína?”), agressões (ex: “Bateste a um adulto?”) comportamentos disruptivos na escola, furtos ou desobediência a regras e a figuras de autoridade. (ex: “*Mentiste a adultos?*”).

O formato de resposta é sim/não e a pontuação dos indivíduos é calculada pela soma do número de diferentes comportamentos cometidos, podendo variar entre 0 e 19. Quanto maior for a pontuação obtida na escala mais comportamentos desviantes manifestam os indivíduos da amostra. Em termos de consistência interna, a ECD é uma escala representativa para medir os comportamentos desviantes ($\alpha=0,87$; $M=5,80$; $DP=4,23$).

A Escala de Orientação Temporal

A *Escala de Orientação Temporal* foi construída por Holman & Silver (1998) e adaptada para o português por Lima, L. (2009). A escala original mede a orientação cognitivo-motivacional dos indivíduos para uma determinada zona temporal e é composta por 28 itens, que incluem três subescalas: orientação para o passado (9 itens), orientação para o presente (10itens) e orientação para o futuro (9 itens). A versão inicial foi construída a partir de três fontes: 1) Stanford Time Perspective Inventory – STPI (Zimbardo, 1990; cit. por Holman & Silver, 1998); 2) estudo de Braley & Feed (1971; cit. por Holman & Silver, 1998); 3) estudo qualitativo de declarações de pessoas que sofreram traumas e que foram classificadas como fortemente orientadas para o passado, presente ou futuro. (Holman & Silver, 1994; cit. por Holman & Silver, 1998).

A tradução e adaptação para o português foram realizadas por Lima (2009), da qual resultou numa diminuição do número de itens de 28 para 21, também organizados em 3 fatores: orientação para o passado (6 itens; ex: “*A maioria dos meus pensamentos é sobre coisas que já aconteceram.*”); a orientação para o presente (7 itens; ex: “*Tento*

viver um dia de cada vez.”) e a orientação para o futuro (8 itens; ex: “*Acredito que é preciso poupar para dias piores.*”). As respostas são dadas através de uma escala de Likert de 5 pontos, que varia entre “não é nada verdade” (1) e “é muito verdade” (5).

Na EOT, a pontuação dos participantes é calculado através das somas do número de itens de cada fator. As respostas do fator “Orientação para o Futuro” podem variar entre 8 e 40; as respostas do fator “Orientação para o Presente” podem variar entre 7 e 35 e as respostas para o fator “Orientação para o Passado” podem variar entre 6 a 30. A amostra do nosso estudo revelou possuir um valor mediano de 0,72 na medida de adequação de Kaiser-Meyer-Olkin e no teste de esfericidade de Bartlett foi possível constatar um resultado estatisticamente significativo ($\chi^2(210) = 617,42; p < 0,001$)

Tal como no estudo original e no português, também neste se realizou uma análise factorial por componentes principais (ACP), sendo efetuadas rotações através do método Varimax com normalidade de Kaiser, da qual emergiu uma estrutura de 6 fatores com valor próprio/*eigenvalue* maior do que 1. Na escala original primeiramente também surgiram 7 fatores, contudo, forçando a 3 fatores, os autores encontraram os 3 fatores principais – passado, presente e futuro (Holman & Silver, 1998). Neste sentido também nós forçámos a análise factorial a 3 fatores.

O resultado da ACP confirmou a existência de 3 fatores, tal como teoricamente definidos, e cujos itens, na sua grande maioria, se agrupam conforme a escala original, sendo a única exceção o item nº 16 – “*A forma como me comporto hoje é o reflexo direto das minhas experiências passadas.*” – que na amostra original surge agrupado ao fator “orientação para o passado” e nesta amostra se agrupa no fator “orientação para o presente”. O primeiro fator – orientação para o futuro – apresenta um valor próprio/*eigenvalue* de 4,23 e explica 20,14% da variância das respostas dos sujeitos. O segundo fator – a orientação para o presente – apresenta um valor próprio/*eigenvalue* de 2,43 e explica 11,56% da variância das respostas dos sujeitos. O terceiro fator - orientação para o passado - apresenta um valor próprio de 1,84 e explica 8,78% da variância das respostas dos sujeitos. Em conjunto estes fatores explicam 40,46% da variância das respostas dos sujeitos a esta escala.

A Escala de Impulsividade BIS – 11

A *Escala de Impulsividade BIS – 11* (Barrat, E., 1959; Patton *et al.*, 1995; adaptada para o português por Diemen *et al.*, 2006) é uma escala de autorelato composta por 30 itens que medem a impulsividade (ex: “*Para mim é difícil ficar sentado por muito tempo.*”), tendo por base o modelo teórico proposto por Ernst Barratt (1959; citado por Standford *et al.*, 2009), onde a impulsividade é medida através de três fatores: 1) impulsividade motora, i.e. agir no impulso do momento, não havendo inibição de respostas incoerentes tendo em conta o contexto; 2) impulsividade atencional, i.e. não se focar na tarefa que se tem em mãos; e 3) impulsividade por não planeamento, i.e. não planear nem pensar cuidadosamente antes de agir. (Moeller, Barratt *et al.*, 2001)

Os itens são normalmente classificados segundo uma escala de Likert de 4 pontos, que varia entre “nunca ou quase nunca” (1) e “sempre ou quase sempre (4). Contudo, por uma questão de uniformidade com as restantes escalas utilizadas e de modo a podermos partir da mesma unidade de medida para avaliar potenciais correlações entre escalas, optou-se por classificar esta escala segundo uma escala de Likert de 5 pontos, que varia entre “nunca” (1) e “sempre (5). O presente estudo utilizou a escala traduzida e adaptada para adolescentes brasileiros (Diemen *et al.*, 2006), a qual foi adaptada para o português de Portugal por uma psicóloga brasileira, residente em Portugal há mais de 20 anos.

Realizou-se uma Análise Factorial por Componentes Principais (ACP), da qual emergiu uma estrutura factorial pouco inteligível, tal como aconteceu no estudo de adaptação cultural da escala para adolescentes brasileiros (Diemen, L. *et al.*, 2006) e no estudo das qualidades psicométricas da escala para adolescentes italianos (Fossatti, Barratt & Acquarini, 2002) Assim, optámos por ter em conta apenas a pontuação geral da escala, tal como têm optado muitos dos estudos referidos por), não analisando as subescalas de impulsividade motora, atencional e de não Stanford *et al.* (2009)planeamento. A pontuação da escala, tendo em conta a adaptação para 5 pontos de Likert, varia assim de 30 a 120 pontos, sendo que as pontuações mais altas indicam a presença de maiores níveis de impulsividade.

Em termos de consistência interna da escala, pode-se dizer que a BIS-11 é uma escala consistente para medir a impulsividade ($\alpha=0,71$; $M=2,73$; $DP=11,87$). Nesta

escala, a amostra revelou possuir um valor mediano de 0,66 na medida de adequação de Kaiser-Meyer-Olkin e no teste de esfericidade de Bartlett foi possível constatar um resultado estatisticamente significativo ($\chi^2(435) = 997,984; p < 0,001$).

3. Procedimento

Foram contactadas várias entidades, públicas e privadas, na medida em que se pretendia desenvolver um trabalho de campo em que os adolescentes fizessem parte de uma população de risco e vivessem em diversas condições não privativas de liberdade.

Depois de receber a autorização para a recolha dos dados da parte dos Coordenadores de cada Entidade, os Técnicos que trabalham diretamente com os adolescentes colocaram a investigadora em contacto com estes, de modo a preencherem o questionário.

Os participantes foram informados que se tratava de um estudo universitário totalmente independente do seu processo tutelar educativo (no caso dos participantes que cumpriam medidas tutelares), que o questionário era anónimo e voluntário, que as suas respostas permaneceriam em total confidencialidade (tendo sido pedido aos participantes para, no final, serem eles próprios a guardar o questionário preenchido num envelope do ISPA), que eles podiam tirar dúvidas com a investigadora a qualquer momento e colocar questões sobre o estudo depois de completarem o questionário. A recolha de dados ocorreu entre 8 e 24 de Outubro 2012. Todas as escalas foram aplicadas no mesmo dia, na presença da investigadora. A maioria dos participantes demoraram, em média, cerca de 20 minutos a completar o questionário.

APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

O tratamento estatístico dos dados foi realizado com recurso ao programa SPSS – Statistical Package for the Social Sciences (versão 20,0). Para efeitos de análise estatística, no presente estudo assumiu-se um valor alfa de 0,05. Isto porque "*de um modo geral, assume-se que para amostras de dimensão superior a 25-30 a distribuição média amostral é satisfatoriamente aproximada à normal*" (Marôco, 2011, p.46).

Correlação entre Variáveis

Para verificar as hipóteses 1, 2, 3 e 4 recorreu-se a correlações de Pearson, exceto nos casos de variáveis nominais (género e medidas tutelares), para as quais se recorreu a correlações de Spearman. De seguida, apresenta-se a respetiva matriz correlacional.

Quadro nº 2 – Matriz Correlacional

	1.	2. ¹	3. ²	4.	5.	6.	7.	8.	9.
1. Idade	—								
2. Género ¹	,129	—							
3. Medidas tutelares ²	,268**	-,089	—						
4. Número medidas	,297**	-,011	.	—					
5. Orientação temporal_futuro	,159	,184*	,094	,060	—				
6. Orientação temporal_presente	,030	-,007	,022	-,141	,234**	—			
7. Orientação temporal_passado	-,146	-,027	,024	,000	,217*	,331**	—		
8. Impulsividade	-,126	-,030	-,180*	-,003	-,372**	,332**	,287**	—	
9. Comportamentos desviantes	,145	-,192*	,113	,128	-,238**	,150	,156	,247**	—

** correlação significativa a $p < 0,01$; * correlação significativa a $p < 0,05$; ¹ correlação de Spearman; ² idem.

Antes de entrarmos na verificação das hipóteses, pela observação da matriz correlacional (quadro nº 1) é possível constatar a existência de uma correlação positiva e significativa entre a impulsividade e comportamentos desviantes, i.e. quanto mais impulsivos os adolescentes são, mais comportamentos desviantes praticam. Apesar desta relação não fazer parte das hipóteses deste estudo, parece-nos importante ressaltá-la na medida em que se trata da premissa, que encontramos previamente na literatura, a partir da qual construímos as hipóteses deste estudo.

Tal como era esperado na hipótese 1 verificou-se existir uma correlação positiva e significativa entre a impulsividade e a orientação temporal para o presente e para o passado ($r_{pr}=0,332$; $r_{ps}=0,287$; ambos $p<0,01$) o que significa que quanto mais impulsivos os adolescentes são, mais orientados para o presente e para o passado estão. Tal como era esperado na hipótese 2 verificou-se existir uma correlação negativa e significativa entre a impulsividade e a orientação temporal para o futuro ($r = -0,372$; $p <0,01$); o que significa que quanto mais impulsivos os adolescentes são, menos orientados para o futuro estão.

Ao contrário do que era esperado na hipótese 3 não se verificou existir uma correlação positiva e significativa entre a orientação temporal para o presente e passado e os comportamentos desviantes. Como era esperado na hipótese 4 verificou-se existir uma correlação negativa e significativa entre a orientação temporal para o futuro e os comportamentos desviantes ($r= -0,238$; $p <0,01$); o que significa que quanto mais orientados para o futuro menos comportamentos desviantes os adolescentes praticam.

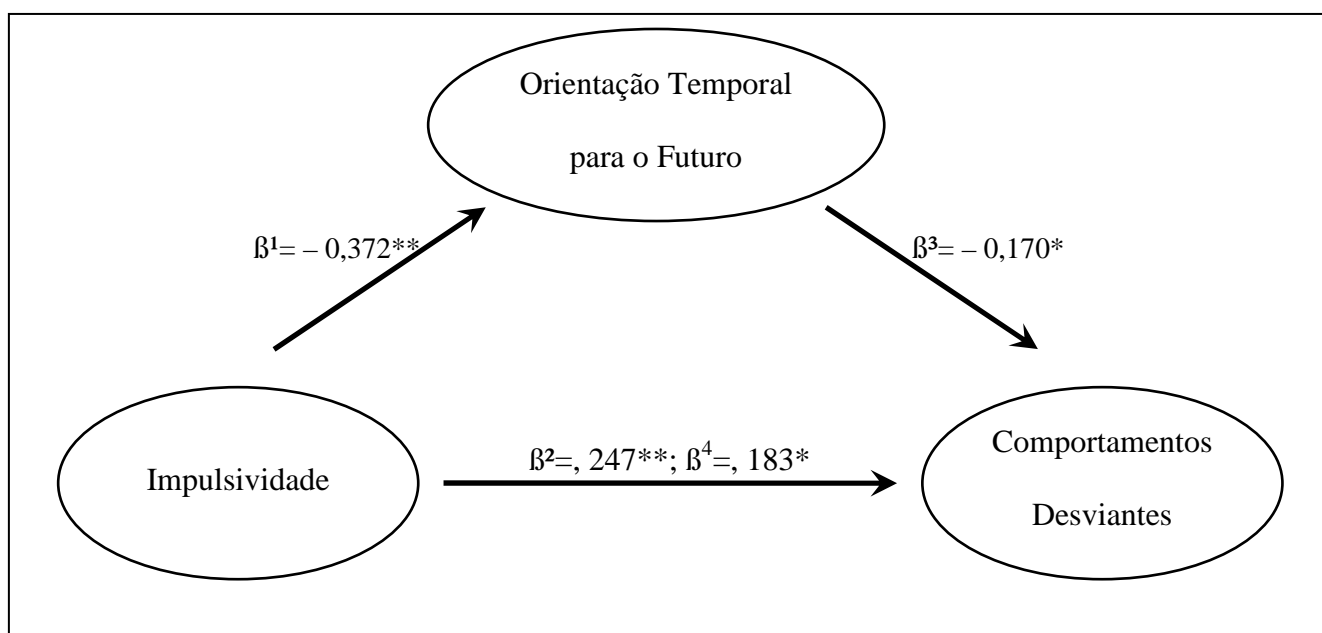
Antes de nos debruçarmos sobre a análise de mediação, ressaltamos da matriz correlacional (quadro nº 1) que, tal como refere a literatura, tanto o género como a idade são duas variáveis sociodemográficas importantes, na medida em que se correlacionam com outras variáveis do estudo. No que concerne ao género dos adolescentes, existe uma correlação positiva entre esta variável e a orientação temporal para o futuro; ou seja as raparigas estão mais orientadas para o futuro do que os rapazes. Por outro lado, existe uma correlação negativa entre o género e os comportamentos desviantes; ou seja as raparigas têm menos comportamentos desviantes que os rapazes.

No que concerne à idade, existe uma correlação positiva e significativa entre ter medidas e a idade; ou seja quanto mais velhos são os adolescentes maior a probabilidade de lhes terem sido aplicadas medidas tutelares. Também existe uma correlação positiva e significativa entre o número de medidas e a idade; ou seja quanto mais velhos são os adolescentes, maior o número de medidas tutelares que têm.

Para verificar a hipótese 5 – “a orientação temporal para o futuro é uma variável mediadora na relação entre a impulsividade e os comportamentos desviantes” – recorreu-se a uma regressão linear múltipla. Antes de se efetuar a regressão analisou-se se os três pressupostos estavam assegurados, i.e. a inexistência de correlação entre os erros, a normalidade dos erros e a multicolineariedade. De facto os pressupostos estão assegurados (anexo nº 2).

De acordo com Baron & Kenny (1986), a hipótese de mediação só pode ser testada se forem satisfeitas, significativamente, três condições: 1) a variável preditora afetar a variável mediadora; 2) a variável preditora afetar a variável critério; 3) a variável mediadora afetar a variável critério. No presente estudo a Impulsividade é a variável preditora, a Orientação para o Futuro é a variável mediadora e os Comportamentos Desviantes a variável critério.

Figura nº 1 – Resultados das análises de regressões: modelo da mediação



$R^2 = ,071$; $** p < 0,01$; $* p < 0,05$; β^2 : sem mediação; β^4 : com mediação

No que concerne à primeira condição e como se constata na figura nº1, verifica-se que a Impulsividade tem um efeito negativo e significativo na Orientação Temporal para o Futuro ($\beta^1 = -0,372$; $p=0,000$); ou seja quanto mais impulsivos os adolescentes são, menos orientados para o futuro estão. Verifica-se também que a Impulsividade explica 13,2% da variância dos resultados na Orientação Temporal para o Futuro. Estes resultados permitem concluir que a primeira condição está satisfeita.

No que concerne à segunda condição, verifica-se que a Impulsividade tem um efeito positivo e significativo nos Comportamentos Desviantes ($\beta^2=0,247$; $p=0,005$); ou seja quanto mais impulsivos os adolescentes são, mais comportamentos desviantes praticam. Verifica-se também que a Impulsividade explica 5,3% da variância dos resultados nos Comportamentos Desviantes. Apesar de ser um valor fraco é estatisticamente significativo. Estes dados permitem concluir que a segunda condição está igualmente satisfeita.

No que concerne à terceira condição, verifica-se que a Orientação para o Futuro tem um efeito negativo e significativo nos Comportamentos Desviantes ($\beta^3 = -0,170$; $p=0,007$), ou seja quanto mais orientados para o futuro os adolescentes estão, menos Comportamentos Desviantes praticam. Verifica-se também que a Orientação Temporal para o Futuro explica 4,9% da variância dos resultados nos Comportamentos Desviantes. Apesar de ser um valor fraco é estatisticamente significativo. Estes dados permitem concluir que a terceira condição está igualmente satisfeita.

Uma vez que estão asseguradas as três condições necessárias para se testar uma hipótese de mediação, foi possível verificar a hipótese 5 – “a orientação temporal para o futuro é uma variável mediadora na relação entre a impulsividade e os comportamentos desviantes”. Deste modo, confirma-se que a Impulsividade e a Orientação Temporal para o Futuro têm um efeito significativo nos Comportamentos Desviantes ($p=0,004$); ou seja quanto mais impulsivos são os adolescentes mais comportamentos desviantes praticam ($\beta^2=0,247$) e, por outro lado, quanto mais orientados para o futuro menos comportamentos desviantes os adolescentes praticam ($\beta^3 = -0,170$). Verifica-se também que a Impulsividade e a Orientação para o Futuro explicam 7,1 % da variância dos resultados nos Comportamentos Desviantes. Apesar de ser um valor fraco é estatisticamente significativo.

Concluindo, ao observar a figura nº 1, verifica-se que existe uma mediação parcial da Orientação Temporal para o Futuro na relação entre a Impulsividade e os Comportamentos Desviantes; o que significa que a influência da Impulsividade sobre os Comportamentos Desviantes diminui quando é mediada pela Orientação Temporal Futuro ($\beta^4=0,183 < \beta^1=0,247$).

Para verificar a hipótese 6 – “os adolescentes que têm duas ou mais medidas tutelares praticam mais comportamentos desviantes que os adolescentes que têm apenas uma medida tutelar “ – recorreu-se ao teste T de Student.

Quadro nº 3 – Médias (M), desvio-padrão (DP) e comparação de dois grupos

	M	DP	t	p
Participantes com 1 medida tutelar	5,82	4,16		
Participantes com 2 ou mais medidas tutelares	8,11	4,75		
			- 1,99	,050

Ao observar o quadro nº 2, é possível verificar que existem diferenças entre médias ($M^1=5,82 \neq M^2=8,11$). Para analisar se essas diferenças são estatisticamente significativas recorreu-se ao T-Student e foram assegurados os dois pressupostos necessários à utilização do teste (normalidade e homogeneidade de variâncias – ver anexo nº 3). Como o valor de p é igual 0,05 ($p=0,50$) existem diferenças significativas das médias de comportamento desviante entre os sujeitos com uma medida e com duas/mais medidas tutelares.

Para verificar a hipótese 7 – “se os comportamentos desviantes variam consoante a situação judicial dos adolescentes” - recorreu-se igualmente ao teste T – Student.

Quadro nº 4 – Médias, desvio-padrão (DP) e comparação de dois grupos

	M	DP	t	p
Participantes com medidas tutelares	6,43	4,46		
Participantes sem medidas tutelares	5,35	4,05		
			1,30	,196

Ao observar o quadro nº 3, é possível verificar que existem diferenças entre médias ($M^1=6,43 \neq M^2=5,35$). Para analisar se essas diferenças são estatisticamente significativas recorreu-se ao T-Student e foram assegurados os dois pressupostos necessários à utilização do teste (normalidade e homogeneidade de variâncias – ver anexo nº 4). Como o valor de p não é inferior a 0,05 ($p=0,196$) não existem diferenças significativas das médias de comportamento desviante entre os sujeitos com e sem medidas tutelares.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

No que concerne à 1ª hipótese, de que existe uma relação positiva entre impulsividade e orientação temporal para o presente e/ou para o passado, os nossos resultados suportam esta hipótese e parecem indicar que quanto mais impulsivos os adolescentes são, mais orientados para o presente e para o passado estão.

Em termos concretos, a relação entre a impulsividade e a orientação temporal para o presente e para o passado é significativa e positiva. De facto vários autores referem que os indivíduos impulsivos vivem centrados no momento presente, no “aqui e agora” e têm tendência para não ter muito em conta as consequências futuras dos seus atos. Os nossos resultados vão no sentido dos estudos prévios, nomeadamente um estudo sobre orientação para o presente, que associou episódios maníacos a maiores níveis de impulsividade e a um maior o envolvimento em atividades orientadas para o presente, sem que os indivíduos tivessem em conta o passado ou o futuro. (Gruber, Kirkland & Hay, 2012). Zimbardo e colaboradores (1997; cit por Keough et al, 1999) indicam também que as pessoas altamente focadas no presente têm maior probabilidade de correr riscos na condução e de se envolverem em comportamentos de risco ao nível da saúde, comparativamente às pessoas preferencialmente focadas no futuro.

No que concerne à 2ª hipótese, de que existe uma relação negativa entre impulsividade e orientação temporal para o futuro, os resultados suportam a nossa hipótese e parecem indicar que quanto mais os adolescentes são impulsivos, menos orientados para o futuro estão. Esta confirmação vai no sentido dos estudos anteriores, que, se recorrermos a uma imagem, colocam estes dois conceitos em “pratos diferentes da mesma balança”, ou seja consideram que a orientação temporal para o futuro permite aos indivíduos terem em conta as consequências de longo prazo dos seus comportamentos, ao passo que a impulsividade não lhes permite desenvolver esse ponto de vista e, em vez disso, os indivíduos focam-se nas gratificações imediatas (Chen & Vazsounyi, 2012).

Steinberg et al (2009; cit. por Chen & Vazsounyi, 2012) sugerem que as tarefas que implicam o adiamento da gratificação ativam dois sistemas cerebrais que refletem uma combinação entre a impulsividade e a orientação temporal para o futuro. No mesmo sentido, as investigações que recorrem a ressonâncias magnéticas suportam que a impulsividade e a impaciência se processam no sistema límbico – sistema que responde preferencialmente a recompensas ou custos imediatos; por outro lado é o córtex pré-frontal que, ao ser responsável pelas funções cognitivas mais elaboradas, afeta o pensamento abstracto/deliberativo, que se pressupõe estar na génese de uma orientação temporal para o futuro (Greene et al, 2001; McClure et al, 2004; cit. por Chen & Vazsounyi, 2012).

No que concerne à 3ª hipótese, de que existe uma relação positiva entre orientação temporal para o presente e/ou passado e os comportamentos desviantes, os resultados não confirmam esta relação e parecem apontar para o facto de nem a orientação temporal para o presente, nem para o passado se relacionarem com os comportamentos desviantes.

À luz da literatura, tanto a delinquência juvenil como o desvio na adolescência são fenómenos complexos e multifacetados, que resultam de uma combinação de fatores, nomeadamente sociais, relacionais e individuais (Goldestein, 1990; cit. por Sanches & Gouveia Pereira, 2010). Partindo desta noção, os resultados sugerem que, para esta amostra específica, a orientação temporal para o presente e para o passado parecem não serem fatores de risco individuais suficientemente fortes para predizer o desvio na adolescência.

Quanto à 4ª hipótese, relativa à existência de uma relação negativa entre a orientação temporal para o futuro e os comportamentos desviantes, os resultados corroboram a nossa hipótese e parecem indicar que quanto menos os jovens estão orientados para o futuro, mais comportamentos desviantes praticam. Seguindo esta perspectiva, contributos empíricos referem que a orientação para o futuro não só motiva o desenvolvimento de comportamentos orientados para o futuro, como também influencia o processo de tomada de decisão que leva os indivíduos a envolver-se ou não em comportamentos problemáticos/desviantes (Chen & Vazsounyi, 2012).

Dado que os indivíduos mais orientados para o futuro são, de uma forma geral, mais sensíveis às consequências futuras dos seus comportamentos atuais (Routledge & Arndt, 2005; cit por Chen & Vazsounyi, 2012), então têm menos probabilidade de se envolverem em comportamentos problemáticos/desviantes, já que estes põem em risco o seu futuro (Chen & Vazsounyi, 2012).

No que concerne à 5ª hipótese, referente à orientação temporal para o futuro ser uma variável mediadora na relação entre a impulsividade e os comportamentos desviantes os nossos resultados corroboram esta hipótese, indicando uma mediação parcial da orientação temporal para o futuro, na relação entre a impulsividade e os comportamentos desviantes. Os nossos resultados parecem ir no sentido de estudos prévios que sugerem que a orientação para o futuro é um fator protetor na etiologia dos comportamentos desviantes (Chen & Vazsounyi, 2012).

Os nossos resultados encontram eco em estudos, que referem que tanto os comportamentos desviantes como os crimes, para serem cometidos implica que os indivíduos considerem que as consequências agradáveis de tais comportamentos excedem as consequências penosas (Bentham, 1970; cit por Chen & Vazsounyi, 2012). Outros estudos salientam que os adolescentes que não pensam sobre o seu futuro têm mais probabilidades de se envolverem em comportamentos de risco, tais como no uso de armas e na venda de drogas ilícitas (Harris, Duncan & Boisjoly, 2002). Por conseguinte, os comportamentos desviantes parecem refletir a tendência de determinados indivíduos para negligenciarem as consequências futuras dos seus atos, em detrimento das recompensas que têm no momento presente, sendo que essa tendência de um foco preferencial e quase exclusivo no presente é mais notória nos indivíduos mais impulsivos.

Do que temos conhecimento, têm sido desenvolvidos estudos que analisam a orientação temporal para o futuro como variável moderadora entre a impulsividade e o desvio (Robbins & Bryan, 2004; Chen & Vazsounyi, 2012), contudo não encontramos investigações que se tenham debruçado sobre o efeito mediador da orientação temporal para o futuro na relação entre impulsividade e desvio na adolescência, pelo que consideramos ser esta uma das mais valias do nosso estudo.

Partindo da revisão de literatura de Robbins e Bryan (2004) podemos afirmar que, a maior parte da investigação prévia, que examina a relação entre impulsividade, orientação temporal e comportamentos de risco/desviantes, é efetuada a partir de amostras de baixo risco (ex: estudantes universitários, jovens que nunca contactaram com a Justiça). Nesse sentido, este estudo também é um contributo para melhor compreender esta relação numa população de risco, para a qual os resultados deste tipo de estudos são de grande pertinência (Robbins & Bryan, 2004).

Os resultados de mediação obtidos neste estudo põem em evidência a importância de se capacitar os adolescentes com estratégias de *coping* que lhes permitam desenvolver uma orientação para o futuro mais robusta, pois, apesar de não ser possível generalizar estes resultados para a população juvenil portuguesa, estamos em condições de afirmar que os adolescentes que fazem parte de uma população de risco, tal como os da nossa amostra, poderão encontrar nos seus diversos contextos (bairro, escola, família, etc.) oportunidades acrescidas para praticarem comportamentos desviantes e enveredarem pela delinquência. Por conseguinte, parece-nos de extrema importância que se desenvolvam programas de intervenção onde fatores protetores, como a orientação temporal para o futuro, sejam trabalhados com os jovens.

Por outro lado, sendo a grande maioria desta amostra composta por adolescentes em contacto com a Justiça Portuguesa e, estando comprovado empiricamente que o contacto com o sistema judicial constitui uma oportunidade para os adolescentes acederem a intervenções centradas na redução de fatores de risco (Magura, Shapiro & Kang, 1994; Robertson & Levin, 1999; cit. por Robbins & Bryan, 2004), consideramos que, apesar da impulsividade ser um fator de risco individual relativamente estável ao longo da vida, também pode ser alvo de intervenção.

Relativamente à 6ª hipótese, a qual afirma-se que os adolescentes que têm duas ou mais medidas tutelares praticam mais comportamentos desviantes que os adolescentes que têm apenas uma medida os nossos resultados corroboram esta hipótese.

Ao partirmos do conceito jurídico de educação para o direito, onde se encara que “*o Estado tem o direito e o dever de intervir corretivamente sempre que o menor, ao ofender valores essenciais da comunidade e regras mínimas de convivência social, revele uma personalidade hostil ao dever-ser jurídico básico.*” (Rodrigues e Fonseca, 2003), podemos sugerir que um adolescente que tem duas ou mais medidas significa que reincidiu e portanto não atingiu o objetivo de ser educado para o direito e para os valores sócio-jurídicos que estruturam a vida em sociedade.

Assim podemos especular que, quando a intervenção tutelar é eficaz e tanto o jovem, como a sua família e os vários agentes sociais (professores, técnicos locais, técnicos de saúde, etc.) se envolvem na própria mudança do menor, haverá uma maior probabilidade dos comportamentos desviantes diminuírem e, portanto, do adolescente (re)encontrar o seu lugar na sociedade e nos seus diversos contextos.

No que concerne à 7^a hipótese, i.e. os adolescentes que estão a cumprir medidas tutelares praticam mais comportamentos desviantes que os adolescentes que não estão a cumprir medidas tutelares, os nossos resultados não corroboram esta hipótese. Os resultados apontam para o facto de, independentemente dos adolescentes estarem ou não em contacto com a Justiça portuguesa, a quantidade de comportamentos desviantes ser semelhante, não revelando diferenças significativas entre os dois grupos.

Uma hipótese explicativa prende-se com o contexto onde foram recolhidos os dados (a maioria numa instituição pública que faz assessoria técnica aos tribunais), ou seja o contexto judicial pode ter tido um efeito inibidor nas respostas dos sujeitos, contribuindo para a não diferenciação em termos de desvio entre os adolescentes com medidas e sem medidas tutelares.

Contudo, existem outros fatores que poderão contribuir para que uma percentagem de adolescentes do presente estudo, tenha autorelatado vários comportamentos desviantes durante o último ano sem nunca lhe ter sido aplicada uma medida tutelar. Assim, outra hipótese explicativa prende-se com a etapa de desenvolvimento de ambos os grupos, ou seja, vários estudos indicam que a adolescência é uma etapa propícia ao aumento de comportamentos desviantes, quer sejam de experimentação quer sejam ilícitos. Inclusive Farrington (2000) refere a existência de um tipo de delinquência que é circunscrita à adolescência, que podendo ser explosiva é transitória e tende a decrescer

na segunda metade da adolescência. Partindo deste pressuposto, podemos especular que, pelo facto da totalidade dos participantes da nossa amostra se encontrarem na etapa da adolescência, o factor idade tenha diluído as diferenças que esperávamos encontrar nos diferentes contextos (judicial vs. comunitário).

Também ponderamos que, à medida que um adolescente se vai apropriando do *modus operandi* delinquente, vai aprendendo estratégias eficazes para se defender do controlo das autoridades policiais e estas “competências” também podem explicar estes resultados. Nesse sentido, podemos especular que poderá haver uma taxa residual de sujeitos, com comportamentos desviantes e delinquentes, que consegue contornar o controlo das autoridades judiciais, mas acreditamos que será uma questão de tempo para serem abrangidos pelo sistema. Eventualmente alguns participantes do nosso estudo poderão fazer parte dessa taxa residual.

Em síntese, podemos afirmar que foram alcançados os objetivos do nosso estudo. Os resultados obtidos suportam empiricamente o efeito mediador da orientação temporal para o futuro na relação entre impulsividade e desvio na adolescência. Este estudo pode ser considerado como um passo para uma melhor compreensão desta relação. Nesse sentido, apesar de haver muito ainda por explorar até se compreender plenamente esta relação, consideramos que estes resultados são um importante contributo nessa direção.

CONCLUSÕES

Uma das limitações do presente estudo é o facto da maior parte da recolha de dados ter sido realizada nas instalações de uma instituição pública ligada ao Ministério da Justiça, o que pode ter contribuído para alguma perda de veracidade nas respostas dos participantes (eventualmente por se sentirem avaliados) e por uma questão da desejabilidade social.

Contudo, o estudo desenvolvido deixa questões em aberto e aponta para futuras investigações. Um possível estudo futuro poderá ser verificar se a orientação temporal para o futuro continua a ser uma variável mediadora entre impulsividade e desvio de adolescentes comparando adolescentes com medidas privativas da liberdade e medidas não privativas da liberdade; isto porque estudos empíricos com jovens delinquentes institucionalizados revelam que estes são orientados para o futuro, inclusive preocupados com o futuro, nomeadamente com retorno à vida em meio natural, contudo essa orientação para o futuro não é imune a receios e a ansiedades próprias da mudança que almejam (Trommdorff, 1986; cit. por Lima, 2009).

Outros estudos que, em nosso entender, seriam interessante de efetuar futuramente prendem-se com a avaliação de programas formativos. Em contexto judicial são já habituais tanto os programas de competências pessoais e sociais, como os programas de autocontrolo (dimensão inversa à impulsividade) e nesse sentido seria útil, avaliar a sua eficácia em termos de redução da impulsividade dos sujeitos e/ou aumento da sua orientação para o futuro. Ainda no contexto de programas formativos deixamos como sugestão para futuros estudos avaliar-se um programa de yoga e meditação com adolescentes delinquentes, em termos de mudanças nos seus níveis de impulsividade, orientação temporal para o futuro e desvio. Isto porque, esta abordagem inovadora tem sido implementada com algum sucesso tanto com adolescentes ofensores sexuais (Derezotes, 2000), como com dependentes de álcool (Young, DeLonrenzi e Cunningham, 2011), trazendo benefícios para os próprios e suas famílias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Almeida, C. M., Romeiro, D. & Horta, P. (2005) A Impulsividade: A Importância da Sua Investigação. *Acta Psiquiátrica Portuguesa*, Outubro – Dezembro, 51, 1625- 1629.

Baptista, A. (2000) Adolescentes delinquentes. Da perda de confiança e outros desafios. *Infância e Juventude. Revista do Instituto de Reinserção Social / Ministério da Justiça*, 2, Abril – Junho, 97 – 115.

Baron, R. M., & Kenny, D. A (1986). The moderator-mediator variable distinction in social psychology research: conceptual, strategic, and statistical considerations. *Journal of Personality and Social Psychology*, 51 (6), 1173-1182.

Benavente, R. (2002) Delinquência juvenil: Da disfunção social à psicopatologia. *Análise Psicológica*, 4 (XX), 637 – 645.

Bendixen, M., Endresen, I.M., & Olweus, D. (2003). Variety and frequency scales of antisocial involvement: Which one is better? *Legal and Criminological Psychology*, 8, (pp.135-150).

Casoni, D. & Brunet, L. (2003) *La Psychocriminologie*. Montreal: PUM

Chen, P. & Vazsonyi, A.T. (2011) Future Orientation, Impulsivity and Problem Behaviours: A longitudinal Moderation Model. *Development Psychology*, 47, 6, pp. 1633-1645.

Claes, H., Vertommen, N. & Braspenning N. (2000) Psychometric properties of the Dickman Impulsivity Inventory. *Personality and Individual Differences* 29, Pergamos, (pp.27-35).

Davids A., Kidder C. & Reich M. (1962) Time orientation in male and female juvenile delinquents. *Journal of Abnormal and Social Psychology* Vol. 64, nº3 (pp.239.240).

Derezotes, D. (2000). Evaluation of yoga and meditation trainings with adolescent sex offenders. *Child and Adolescent Social Work Journal*. 17 (2). April: 97 – 113.

Diemen L., Szobot C., Kessier F., Pechansky F. (2006) Adaptation and construct validation of the Barrett Impulsiveness Scale BIS 11 to Brazilian Portuguese for use in adolescents.

Farrington, D.P. (2000) In A. E., Kazdin, (Ed.) *Encyclopaedia of Psychology* Vol. 2 (pp. 463 -467) Washington D.C.: American Psychological Association.

Farrington, D. P. (2008) O Desenvolvimento do Comportamento Criminoso e Anti-social da Infância à Idade Adulta A. Matos, C. Vieira, C. Nogueira, J., Boavida & L. Alcoforado (Eds.) *A Maldade Humana: Fatalidade ou Educação?* Coimbra: Almedina (pp. 221 – 245).

Fonseca A. & Simões A. (2002) A teoria geral do crime de Gottfredson e Hirschi: o papel do autocontrolo, da família e das oportunidades in *Comportamento anti-social e família: novas abordagens para um velho problema*, António Castro Fonseca, Coimbra: Almedina (pp. 245 – 262).

Fossatti, A., Barratt ES & Acquarini E. (2002) Psychometric properties of na adolescent version of the Barrett Impulsiveness Scale – 11 for a sample of Italian high school students. *Percept Mot Skills* (pp. 621 – 635).

Friedman, W. (2011) Commentary: The past and present of the future. *Cognitive Development*, 26. (pp. 397 – 402).

Gouveia-Pereira M., Pedro I., Amaral V., Alves-Martins M. & Peixoto F. Dinâmicas grupais na adolescência (2000) *Análise Psicológica* 2 XVIII (pp. 191-201).

Gruber, J., Hay, A. & Kirkland, W. (2012) Feeling Stuck in the Present Mania Proneness and History Associated with Present-Oriented Time Perspective. *Emotions* Vol. 12 N. 1 (pp. 13-17).

Holman E. & Silver R. (1998) Getting “Stuck” in the Past; Temporal Orientation and Coping With Trauma. *Journal of Personality and Social Psychology* Vol. 74, N° 5 (pp 1146 – 1163).

Keough, K., Zimbardo, P., & Boyd J. (1999) Who’s Smoking, Drinking and Using Drugs? Time Perspective as a Predictor of Substance Use (pp. 149 – 164), *Basic and Applied Social Psychology*, Lawrence Erlbaum Associates, Inc.

Lima, L. N. (2009) *Estórias e Projectos de Vida dos Adolescentes Institucionalizados*. (Tese não publicada) Dissertação de Doutoramento na área de Psicologia, especialidade de Psicologia do Desenvolvimento. Universidade de Coimbra.

Marcelli, D. & Braconnier, A. (2005) A Adolescência e a psicopatologia. Manuais Universitários. Lisboa: Climepsi.

Marôco, J. (2011). *Análise estatística com SPSS statistics* (5ª ed.). Pero Pinheiro: Editora Report Number.

Marques, M.E. (1995) Adolescência e Transgressão: entre a transgressão dos limites e os limites da transgressão. Congresso “*Os jovens e a Justiça*” Lisboa: Associação dos Psicólogos Portugueses.

Matos, A.C. (1982) “Notas sobre a Delinquência Juvenil” In Rui Coelho (Ed.) *António Coimbra de Matos. Escritos*. Vol. 9. (pp. 55-60) Porto: Bial.

Matos, A.C. (1982) “O Normal e o patológico na Adolescência”. In Rui Coelho (Ed.) *António Coimbra de Matos. Escritos*. Vol. 9. (pp.131-136) Porto: Bial.

Moeller, F., Barratt, Dougherty, D., Schmitz J. & Swann, A. (2001) Psychiatric Aspects of Impulsivity. *Am J Psychiatry* 158 (pp. 1783 – 1793)

Palmonari, A., Carugati, F., Ricci-Bitti, P. E. & Sarchielli, G. (1984) Imperfect Identities: a sócio-psychological perspective for the study of the problems of adolescence. In Henri Tajfel (Ed.) *European Studies in Social Psychology. The social dimension*. Vol. 1. London: Cambridge University Press

Robbins, R. & Bryan, A. (2005) Relationships between future orientation, impulsive sensations seeking and risk behaviour among adjudicated adolescents. *Journal of Adolescence Research*. 1, 19 (4): 428 -445.

Sanches, C. & Gouveia-Pereira M. (2010) Julgamentos de justiça em contexto escolar e comportamentos desviantes na adolescência. *Análise Psicológica* 1. XXVIII (pp. 71 – 84).

Stanford, M., Mathias, C., Dougherty, D. Lake, S., Anderson, N. & Patton, J. (2009) Fifty years of the Barrett Impulsiveness Scale: An update and review. *Personality and Individual Differences* (pp. 385 – 395).

Toublanc, J.E. (2005) O modelo fisiológico: bases fisiológicas das transformações da adolescência. In Daniel Marcelli & A. Braconnier (2005) *A Adolescência e a psicopatologia*. Manuais Universitários. Lisboa: Climepsi.

Young, M., DeLorenzi, L.A, Cunninham, L. (2011) Using meditation in addiction counseling. *Journal of Addictions & Offender Counseling*. 32. Oct: 58-71

Anexo 1. Questionário

Os jovens agem, pensam e sentem de formas diferentes. Apresentamos-te um questionário para perceber algumas dessas formas. O questionário é ANÓNIMO e CONFIDENCIAL. Ninguém que te conhece terá acesso às tuas respostas. Não há respostas certas, nem erradas. O que conta é a tua opinião! Obrigada por participares neste estudo universitário.

Nesta página vais encontrar algumas frases sobre diferentes maneiras de pensar e agir.

Usando a seguinte escala, faz uma cruz (X) na resposta que melhor corresponde à tua opinião:

Exemplo: Não deixo para amanhã o que posso fazer hoje.	Não é nada verdade	É um pouco verdade	De alguma maneira é verdade	É bastante verdade	É muito verdade
		X			

	Não é nada verdade	É um pouco verdade	De alguma maneira é verdade	É bastante verdade	É muito verdade
1. Corro riscos que trazem entusiasmo à minha vida.					
2. Muitas vezes penso em como as coisas eram antes na minha vida.					
3. Normalmente tenho a certeza do que vou fazer a seguir.					
4. Gosto de ser espontâneo e de tomar decisões sobre o impulso do momento.					
5. Tento ser realista sobre o que o futuro me reserva.					
6. Tento viver um dia de cada vez.					
7. Às vezes gostava de poder voltar atrás para reviver ou mudar as minhas experiências passadas.					
8. Planear atividades tira-lhes toda a graça.					
9. Os meus planos para o futuro estão bastante bem traçados.					
10. O meu comportamento parece ser mais influenciado por experiências passadas do que por objetivos futuros.					

De seguida vais encontrar algumas frases que podem ter a ver contigo. Responde rápido e com sinceridade. Usando a seguinte escala, faz uma cruz (X) na resposta que melhor corresponde à tua opinião:

Exemplo: Eu durmo poucas horas.	Nunca	Poucas vezes	Às vezes	Muitas vezes	Sempre
				X	

	Nunca	Poucas vezes	Às vezes	Muitas vezes	Sempre
1. Eu planeio as minhas atividades com cuidado.					
2. Eu faço coisas sem pensar.					
3. Eu sou despreocupado, “cabeça no ar”.					
4. Os meus pensamentos são rápidos.					
5. Eu planeio as minhas saídas ou passeios com antecedência.					
6. Eu sou uma pessoa controlada.					
7. Eu concentro-me facilmente.					
8. Eu tenho facilidade em poupar dinheiro.					
9. Para mim é difícil ficar sentado por muito tempo.					
10. Eu costumo pensar com cuidado em tudo.					
11. Eu quero ter um trabalho fixo para poder pagar as minhas despesas.					
12. Eu digo coisas sem pensar.					
13. Eu gosto de pensar sobre problemas complicados.					
14. Nos meus tempos livres, eu não fico muito tempo a fazer a mesma atividade (desportos, cursos).					



	Nunca	Poucas vezes	Às vezes	Muitas vezes	Sempre
15. Eu ajo por impulso.					
16. Eu canso-me com facilidade ao tentar resolver problemas mentalmente.					
17. Eu cuido-me para não ficar doente.					
18. Eu faço as coisas no momento em que penso.					
19. Eu tento pensar em todas as possibilidades antes de tomar uma decisão.					
20. Eu troco de casa com frequência ou não gosto de viver no mesmo lugar por muito tempo.					
21. Eu compro coisas por impulso, sem pensar.					
22. Eu termino o que começo.					
23. Eu caminho e movimento-me rápido.					
24. Eu resolvo os problemas por tentativa – erro.					
25. Eu gasto mais do que tenho ou posso.					
26. Eu falo rápido.					
27. Enquanto estou a pensar numa coisa, é comum que outras ideias me venham à cabeça ao mesmo tempo.					
28. A mim interessa-me mais o presente do que o futuro.					
29. Eu fico inquieto nas aulas.					
30. Eu faço planos para o futuro.					

Apresentamos-te agora alguns comportamentos que podem ser realizados por jovens da tua idade. Indica por favor se, durante o último ano, tiveste algum destes comportamentos. Lembra-te que o questionário é ANÓNIMO e CONFIDENCIAL. Ninguém que te conheça terá acesso às tuas respostas. Por favor responde com sinceridade!

Vê o exemplo e depois assinala as respostas que melhor correspondem aos teus comportamentos.

Exemplo: Durante o último ano, alguma vez foste ao cinema?	SIM	NÃO
	X	

DURANTE O ÚLTIMO ANO, ALGUMA VEZ...	SIM	NÃO
1. Foste para a escola ou para as aulas depois de teres bebido bebidas alcoólicas?		
2. Mentiste a adultos (ex: familiares, professores, etc.)?		
3. Consumiste cocaína ou heroína?		
4. Usaste uma moto ou um carro para ir dar uma volta sem a autorização do dono ou proprietário?		
5. Bateste a um adulto (ex: professor, familiar, agente de segurança, etc.)?		
6. Andaste em transportes públicos sem pagar bilhete?		
7. Estragaste ou destruístes bens públicos ou privados (ex: parquímetros, sinais de trânsito, máquinas de distribuição de produtos, carros, etc.)?		
8. Consumiste haxixe (“ganzas”) ou marijuana (“erva”)?		
9. Roubaste alguma coisa que valia mais de que 50 euros (ex.: em lojas, na escola, a uma pessoa, etc.)?		
10. Faltaste vários dias à escola sem os teus pais saberem?		
11. Vendeste droga (ex: haxixe, marijuana, cocaína, ecstasy, anfetaminas, etc...)?		
12. Roubaste alguma coisa que valia entre 5 e 50 euros (ex: em lojas, na escola, a uma pessoa, etc.)?		
13. Faltaste às aulas porque não te apeteceu ir, para ficar com colegas ou para ir dar uma volta?		
14. Conduziste uma mota ou um carro sem ter carta de condução?		
15. Consumiste LSD (“ácidos”), ecstasy (“pastilhas”) ou anfetaminas (“speeds”)?		
16. Transportaste uma arma (ex.: navalha, pistola, etc.)?		
17. Roubaste alguma coisa que valia menos de 5 euros (ex: em lojas, na escola, a uma pessoa, etc.)?		
18. Fizeste grafitis em edifícios ou noutros locais (ex: escola, transportes, muros, etc.)?		
19. Assaltaste um carro, uma casa loja, escola ou outro edifício?		

Está quase a terminar! Pedimos-te só mais algumas informações finais.

Dados Pessoais

1. Idade:
.....anos.

2. Sexo:
Masculino <input type="checkbox"/>
Feminino <input type="checkbox"/>

3. a) Raça / etnia:
Branco <input type="checkbox"/>
Negro <input type="checkbox"/>
Mulato <input type="checkbox"/>
Cigano <input type="checkbox"/>
Outra <input type="checkbox"/>
3.b) Qual? _____

4.a) Nacionalidade:
Portuguesa <input type="checkbox"/>
Países da Europa <input type="checkbox"/>
Países de África <input type="checkbox"/>
Outra <input type="checkbox"/>
4.b) Qual? _____

Dados Escolares

5.a) Frequentas a escola?
Sim <input type="checkbox"/>
Não <input type="checkbox"/>
5.b) Se sim, em que ano estás? <input type="checkbox"/>

6. a) Já chumbaste alguma vez?
Sim <input type="checkbox"/>
Não <input type="checkbox"/>
6.b) Se sim, quantas vezes? <input type="checkbox"/>

7. Que escolaridade tens completa?
..... Ano.

Dados Familiares

8.a) Tens irmãos?

Sim

Não

8. b) Se sim, quantos?

9. Assinala todas as pessoas com quem vives:

Mãe / madrasta

Pai / padrasto

Irmãos

Tios / padrinhos

Avós

Jovens do Lar

Outros

10. Ao todo, quantas pessoas vivem na tua casa? (contando contigo)

Somos.....pessoas.

11.a) Alguém da tua família foi preso por alguma coisa que tenha feito?

Sim

Não

11.b) Se sim, quem? Pai Mãe Irmã(o) Avô/ó Outro

11. c) Que idade tinhas quando isso aconteceu? _____ anos.



Dados Sociais

12. Gostas de viver no bairro onde moras?

Sim

Não

13. Moras num bairro social?

Sim

Não

**14. Achas que a tua casa tem as condições necessárias para todos os que vivem contigo?
(ex. espaço, quartos)**

Sim

Não

15. Já alguma vez foste detido ou tiveste problemas com a polícia?

Sim

Não

16. a) Já alguma vez foste a tribunal e o juiz decidiu que devias cumprir uma medida?

Sim

Não

16. b) Se sim, qual ou quais?

Internamento Educativo

Internamento aos Finsdesemana

Acompanhamento Educativo

Imposição de Obrigações

Tarefas a Favor da Comunidade

Outras

16. c) Que idade tinhas quando te foi aplicada a 1ª medida? Tinha _____ anos.

O questionário chegou ao fim. Muito obrigada pela tua colaboração!

Anexo 2. Outputs relativos à Hipótese 5

1ª Condição: Impulsividade » Orientação temporal - Futuro

Pressupostos:

Regressão linear simples

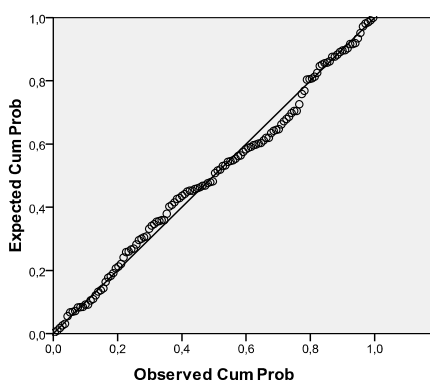
1) Durbin-Watson

Model	Durbin-Watson
	2,019

2) Normalidade dos erros

Normal P-P Plot of Regression Standardized Residual

Dependent Variable: OrientaçãoTemporal_Futuro



ANOVA

Model		Sum of Squares	Df	Mean Square	F	Sig.
Regressão Linear Simples	Regression	564,604	1	564,604	19,951	,000a
	Residual	3509,114	12	28,299		
	Total	4073,718	13			

a. Predictors: (Constant), Impulsividade b. Dependent Variable:

OrientaçãoTemporal_Futuro

Model	R	R Square	Adjusted R Square
	,372 ^a	,139	,132

Model		Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.
		B	Std. Error	Beta		
	(Constant)	41,657	3,305	,605	12,000	,000
	Impulsividade	-,178	,040	-,372	-4,467	,000

2ª Condição: Impulsividade» Desvio

Pressupostos:

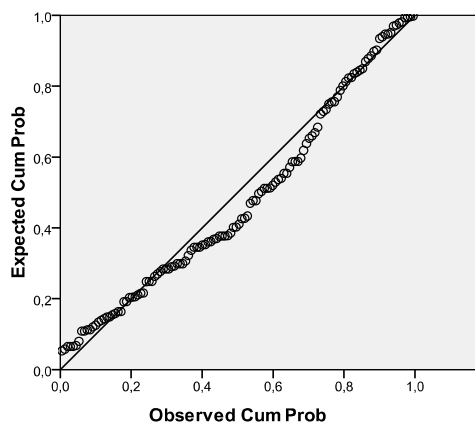
1) Durbin-Watson

Model	Durbin-Watson
	1,883

2) Normalidade dos erros

Normal P-P Plot of Regression Standardized Residual

Dependent Variable: Comportamentos_Desviantes



Regressão linear simples:ANOVA^b

Model		Sum of Squares	Df	Mean Square	F	Sig.
Regression	1	144,534	1	144,534	8,033	,005a
Residual	12	2231,180	12	17,993		
Total	13	2375,714	13			

a. Predictors: (Constant), Impulsividade

b. Dependent Variable: Comportamentos_Desviantes

Model	R	R Square	Adjusted R Square
1	,247a	,061	,053

Model	Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.
	B	Std. Error	Beta		
(Constant)	-1,344	2,635		-,510	,611
Impulsividade	,090	,032	,247	2,834	,005

3ª Condição: Orientação Temporal_Futuro » Desvio**Pressupostos:**

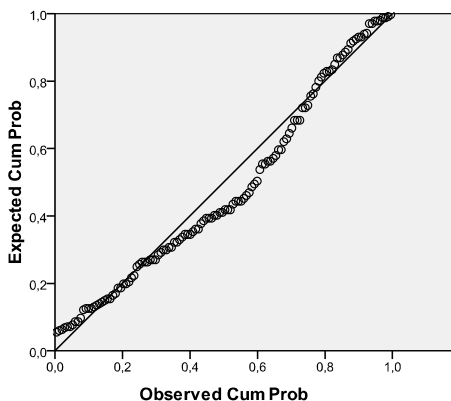
1)

Durbin-Watson
1,839

2) Normalidade dos erros

Normal P-P Plot of Regression Standardized Residual

Dependent Variable: Comportamentos_Desviantes



Regressão Linear simples

ANOVA

Model		Sum of Squares	Df	Mean Square	F	Sig.
1	Regression	134,527	1	134,527	7,443	,007
	Residual	2241,188	124	18,074		
	Total	2375,714	125			

a. Predictors: (Constant), OrientaçãoTemporal_Futuro

Model	Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.
	B	Std. Error	Beta		
(Constant)	10,963	1,841		5,955	,000
OrientaçãoTemporal_Futuro	-,182	,067	-,238	-2,728	,007

b. Dependent Variable: Comportamentos_Desviantes

Model	R	R Square	Adjusted R Square
1	,238	,057	,049

Regressão linear múltipla

Pressupostos

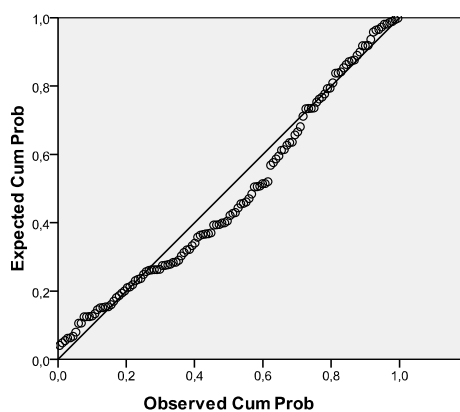
1) Durbin-Watson

Model	Durbin-Watson
	1,847

2) Normalidade dos erros

Normal P-P Plot of Regression Standardized Residual

Dependent Variable: Comportamentos_Desviantes



3) Multicolineariedade

Model	Collinearity	
	Statistics	
	Tolerance	VI F
(Constant)		
Impulsividade	,861	1,161
OrientaçãoTemporal_Futuro	,861	1,161

ANOVA^b

Model		Sum of Squares	df	Mean Square	F	g.	Si
Regression	2	203,432	2	101,716	5,759		,04a
Residual	12	2172,283	12	17,661			
Total	14	2375,714	14				

a. Predictors: (Constant), OrientaçãoTemporal_Futuro, Impulsividade

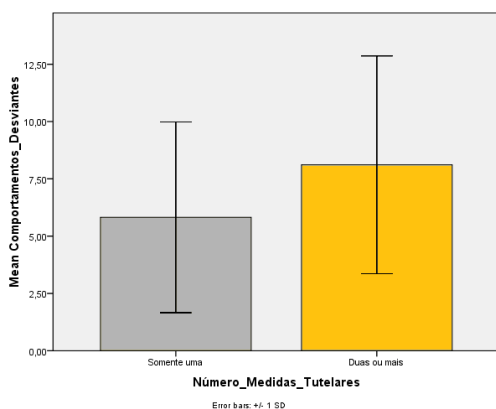
b. Dependent Variable: Comportamentos_Desviantes

Model	R	R Square	Adjusted R Square
	,293 ^a	,086	,071

Model	Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.
	B	Std. Error	Beta		
(Constant)	4,053	3,943		1,028	,306
Impulsividade	,067	,034	,183	1,975	,050
OrientaçãoTemporal_Futuro	-,130	,071	-,170	-1,826	,048

Anexo 3. Outputs relativos à Hipótese 6

	N	Mean	Std. Deviation	Minimum	Maximum
Somente uma	61	5,8197	4,16136	,00	16,00
Duas ou mais	18	8,1111	4,75133	1,00	18,00
Total	79	6,3418	4,37911	,00	18,00



**Pressuposto ao Teste T-Student:
Test of Homogeneity of Variances**

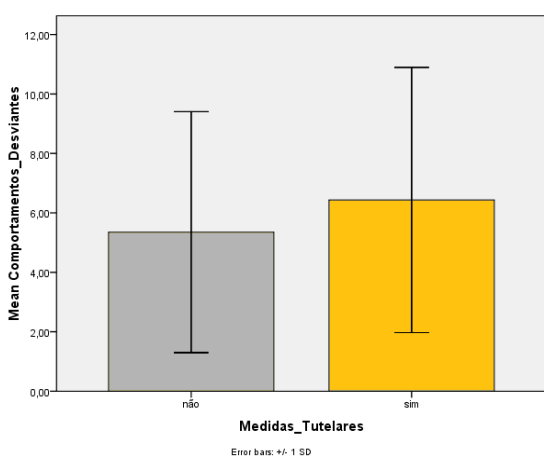
Comportamentos_Desviantes

Levene Statistic	df	df	Sig.
,746	1	77	,390

T-test for Equality of Means							
						95% Confidence Interval of the Difference	
	t	df	Sig. (2-tailed)	Mean Difference	Std. Error Difference	Lower	Upper
Comportamentos_Desviantes Equal variances assumed	-1,987	77	,050	-2,29144	1,15302	-4,58740	0,0452
Equal variances not assumed	-1,848	25,201	,076	-2,29144	1,24019	-4,84462	0,26174

Anexo 4. Outputs relativos à Hipótese 7

	N	Mean	Std. Deviation	Minimum	Maximum
não	40	5,3500	4,05444	,00	18,00
sim	83	6,4337	4,46174	,00	18,00
Tota	123	6,0813	4,34684	,00	18,00



Pressuposto ao Teste T-Student

Test of Homogeneity of Variances

Comportamentos_Desviantes

Levene Statistic	df	df	Sig.
,748	1	12	,389

T-test for Equality of Means

							95% Confidence Interval of the Difference	
		t	df	Sig. (2-tailed)	Mean Difference	Std. Error Difference	Lower	Upper
Comportamentos_Desviantes	Equal variances assumed	1,299	121	,196	1,08373	,83433	-,56804	2,73551
	Equal variances not assumed	1,343	84,171	,183	1,08373	,80673	-,52048	2,68795